2020

relatório & contas

GRUPO COOPROFAR-MEDLOG

Índice

04 **Grupo Cooprofar-Medlog**

06 Enquadramento Macroeconómico 2020/2021

14 Enquadramento Setorial

16 Áreas de Suporte ao Negócio

24 Áreas de Negócio

26 Análise Económico-Financeira

30 Perspetivas 2021

32 Demonstrações Financeiras e Consolidadas
Balanço Consolidado
Demonstração de Resultados Consolidados
Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados
Demonstração das Alterações no Capital Próprio (2019-2020)

38 Anexo

66 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

68 Certificação Legal das Contas Consolidadas

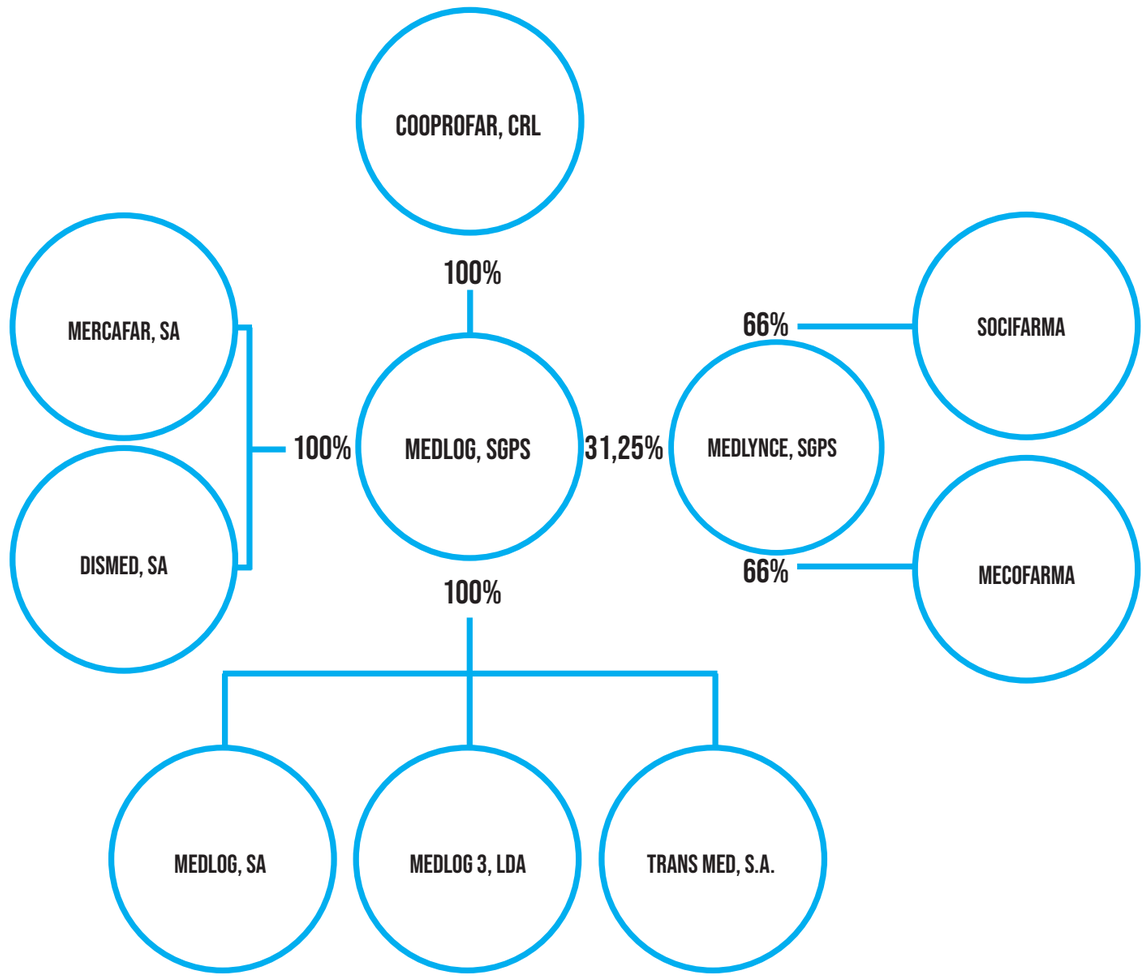
72 Contas Individuais da Cooprofar, Crl

GRUPO COOPROFAR MEDLOG

relatório & contas
GRUPO COOPROFAR-MEDLOG

2020

2020 ESTRUTURA SOCIETÁRIA E ORGANIZACIONAL



Enquadramento macroeconómico 2020/2021

relatório & contas
GRUPO COOPROFAR-MEDLOG

Enquadramento macroeconómico 2020/2021

Economia Internacional

Um ano após o início da pandemia de COVID-19, continuamos a assistir a um número crescente de vítimas, mesmo com a crescente cobertura de vacinas, o que levanta preocupações e grande incerteza em relação à perspetiva de evolução da economia global. O ano de 2020 foi muito marcado, económica e socialmente, pelos efeitos da COVID-19, o que se consubstanciou numa contração, sem precedentes, da atividade económica mundial.

No tocante à **atividade económica**, as estimativas mais recentes do Fundo Monetário Internacional (FMI), apontam para um decréscimo do PIB mundial de 3,3% em termos reais, após uma expansão de 2,8% em 2019 e de 3,6% em 2018. Tal ocorreu num contexto de redução da atividade económica em todos os blocos económicos, destacando-se, pela negativa, a zona euro, cuja quebra terá rondado os 6,6%.

Contudo, este quadro poderia ter sido muito pior, não fossem os apoios extraordinários, em termos de políticas económicas, visando a diminuição dos impactos da pandemia na atividade económica e sobrevivência das empresas, mas também ao nível dos apoios sociais. Segundo o FMI, a contração poderia ter sido três vezes superior se não tivessem existido estes apoios. Graças a uma resposta política massiva, a recessão da COVID-19 provavelmente deixará cicatrizes menores que a crise financeira global de 2008 e os dados até apontam para um melhor desempenho económico do que aquele que se esperava. No relatório de outubro de 2020, o FMI perspetivava uma desaceleração superior em 1,1 p.p. face a esta última estimativa apresentada.

Evolução económica internacional – taxas de variação anual do PIB (%) | 2019-2021(p)

	2019	2020	2021 (p)
Mundo	2,8	-3,3	**6,0**
Economias avançadas	1,6	-4,7	**5,1**
EUA	2,2	-3,5	**6,4**
Área do Euro	1,3	-6,6	**4,4**
Japão	0,3	-4,8	**3,3**
Outras economias avançadas	1,8	-2,1	**4,4**
Economias emergentes e em desenvolvimento	3,6	-2,2	**6,7**

Fonte: FMI – World Economic Outlook, Abril 2020.
Nota: (P) – previsão.

Nos EUA, registou-se uma contração da economia de 3,5% em 2020, bastante menos acentuado do que na Zona Euro (-6.6%), realidade em grande parte explicada pela diferença ao nível das políticas de reação à crise da saúde pública, com a Europa em geral a registar períodos de confinamento e encerramento de algumas atividades bastante mais alargados e abrangentes.

A contração da atividade abrangeu a totalidade dos Estados que integram a Zona Euro, com as grandes economias a apresentarem elevadas quebras do PIB, nomeadamente Espanha (-11,0%), Itália (-8,9%), França (-8,2%) e Alemanha (-4,9%), estendendo-se também às restantes economias. A economia do Reino Unido também contraiu fortemente face ao ano anterior, com o PIB a apresentar uma taxa de variação de -9,9% em 2020.

A retração da atividade económica também se verificou no Japão, bem como nas economias emergentes e em desenvolvimento. Em contraciclo, a China registou um crescimento de 2,3%, em 2020, embora tenha evidenciado uma desaceleração forte face a 2019, ano em que registou um crescimento de 5,8%.

No que respeita ao **comércio internacional**, o fluxo internacional de bens e serviços apresentou uma quebra muito pronunciada em 2020 ao nível mundial, acentuando a desaceleração já verificada no ano precedente. A taxa de variação foi de -8,5%, contra 0,9% e 3,9% em 2019 e 2018, respetivamente. O cancelamento de voos e a proibições de viagens limitou a disponibilidade de transporte de carga aérea, ao mesmo tempo que aumentou a necessidade de dar prioridade ao transporte de bens essenciais, sobretudo os relacionados com o ataque à pandemia da COVID-19, resultando no aumento do preço da carga aérea e, subsequente, preço dos produtos, mas também num alargamento dos prazos de entrega. Ao nível do transporte por mar, também se verificaram alterações consideráveis nos protocolos de funcionamento dos portos, que também geraram constrangimentos ao nível das cargas e descargas. E todas as medidas de confinamento e de protocolo de saúde pública geraram problemas em toda a cadeia de abastecimento e de controle das transações internacionais, elevando custos e prazos, o que teve um impacto muito negativo em todo o comércio internacional.

No **mercado cambial**, de acordo com informação disponibilizada pelo BCE, no início de 2020, até ao início da pandemia COVID-19, registou-se uma leve tendência de apreciação do Dólar norte-americano face ao euro, que acelerou perto do final de fevereiro, com uma penalização do Euro particularmente acentuada, dado que a pandemia estava a atingir a Europa de forma violenta e havia a perceção de que poderia não chegar aos EUA ou, mesmo que chegasse, os impactos seriam mais reduzidos. Todavia, a realidade acabou por não se confirmar, pelo que o Dólar americano também se ressentiu, obrigando à intervenção da FED. Ainda assim, e com muitas oscilações, o Dólar foi-se mantendo genericamente mais forte se comparado com o início de 2019 até perto do final de maio, porque cresceram os receios de falta de entendimento político na Zona Euro. No entanto, a proposta de entendimento político apresentada pela Comissão Europeia, com a validação de Angela Merkel e Macron, e com a aceleração das bolsas para novos máximos, acabou por sustentar o Euro, que a partir dessa data alterou a sua trajetória de depreciação face ao Dólar norte-americano, com uma apreciação acentuada, tendo o Dólar norte-americano registado uma forte depreciação face ao Euro, até final do ano de 2020.

Verificou-se idêntica trajetória em relação ao Iene e ao Franco suíço ao longo do ano, embora neste último caso com mais oscilações. O Euro também apresentou uma valorização em relação à Libra esterlina, registando uma acentuada apreciação em meados de março, mantendo-se em níveis superiores aos registados no final de 2019, embora com bastante irregularidade.

Comparando a cotação média de dezembro de 2020 com o mesmo mês do ano anterior, o Euro registou uma subida face às principais moedas, designadamente de 9,5% relativamente ao Dólar norte-americano, de 4,1% face ao Iene, de 5,9% face a Libra esterlina e de 2,2% face ao Yuan. Já considerando o conjunto dos principais 19 parceiros comerciais da Área do Euro, e em valor médio anual, a taxa de câmbio nominal efetiva do Euro subiu 1,6% em 2020, em contraste com uma diminuição de 1,8% no ano precedente.

No **mercado de capitais**, as taxas de juro de mais longo prazo das economias avançadas mantiveram genericamente a sua tendência de descida, com algumas oscilações ao longo do ano de 2020. Em valores médios de 2020, as yields das obrigações do tesouro a 10 anos fixaram-se em -0,51% na Alemanha (face a -0,25% no ano anterior), 0,21% na média da Área do Euro (0,59% em 2019) e 0,89% nos EUA (2,14% em 2019).

Para **2021**, o FMI assinalou, nas suas previsões de janeiro, uma forte recuperação do dinamismo da atividade económica global, com uma previsão de crescimento do PIB mundial de 5,5%, que reviu em alta no seu relatório de abril de 2021, para um crescimento de 6,0% do PIB mundial em 2021 (5,1% nas economias avançadas e 6,7% nas economias em desenvolvimento), refletindo principalmente as medidas de apoio fiscal aprovadas nos EUA e o rápido avanço na vacinação contra a COVID-19.

A intensidade prevista de recuperação varia muito entre países, pois está muito dependente da gravidade da crise de saúde pública, da extensão das medidas de confinamento e interrupções forçadas da atividade de alguns setores da economia, da exposição a repercussões transfronteiriças, e o mais importante, da eficácia do apoio em termos de política económica para limitar os danos persistentes.

Nas economias avançadas, destaca-se uma previsão de forte subida do PIB da Zona Euro em 2021 (4,4%), com previsão de crescimento na Itália de 4,2%, Espanha 6,4%, França 5,8% e Alemanha 3,6%. Para além disso, a subida perspetivada para os EUA em 2021 é bastante superior à da Zona Euro, situando-se nos 6,4%. Nas economias emergentes, é de assinalar o crescimento previsto para a China, que em contraciclo registou já um crescimento de 2,3% em 2020, que se deverá acentuar muitíssimo em 2021, para os 8,4%, superior ao ritmo de crescimento nos EUA e na Zona Euro.

Contudo, o FMI alerta para a grande incerteza das previsões apresentadas, bem como para os caminhos divergentes em termos de recuperação, designadamente por desigualdades nas campanhas de vacinação, mas também pelas maiores ou menores dificuldades para enfrentar as consequências económicas da crise, assinalando a importância de manter as políticas de apoio contra a COVID-19, gerindo simultaneamente a questão das dívidas públicas e os potenciais riscos para a estabilidade financeira, estando já a ser preparadas medidas a nível mundial que visam esta estabilização.

Apesar das perspetivas positivas de crescimento, a maior parte dos países só deverá recuperar os níveis pré-pandemia em 2023, ampliando ainda mais o abismo que separa os ricos e pobres. Os países de baixos rendimentos devem registar uma queda de 5,7% no PIB per capita no período entre 2020 e 2024, enquanto a previsão de recuo nas economias avançadas é de 2,3%.

Economia Nacional

A **economia portuguesa** contraiu fortemente em 2020, registando uma taxa de crescimento real média do PIB de -7,6%, menos 9,8 p.p. que em 2019 (dados do INE), refletindo os efeitos marcadamente adversos da pandemia COVID-19 na atividade económica. Esta evolução decorreu do contributo muito negativo da procura interna para a variação real do PIB, que se situou em -4,7 p.p. (2,8 p.p. em 2019), e de um contributo negativo mais forte da procura externa líquida, que se situou em -6,6 p.p. (-0,8 p.p. em 2019), refletindo sobretudo a diminuição significativa das exportações do turismo. O crescimento do PIB em termos nominais foi de -5,3%, diminuindo assim para 202.708,7 milhões de euros.

A taxa de crescimento real do PIB teve uma contração superior à registada na média da Zona Euro, algo que já se esperava, uma vez que o nosso país está mais dependente da atividade turística, muito afetada pelas restrições impostas.

No que toca à **procura interna**, e ainda segundo dados do INE, salienta-se a desaceleração observada no consumo privado de uma variação real de 2,7% para -6,0%, enquanto a componente pública registou um crescimento de 0,5%, marginalmente inferior ao de 2019 (0,7%). A quebra do consumo privado deveu-se essencialmente à redução do consumo de bens duradouros e bens correntes não alimentares, tendo-se registado um crescimento do consumo de bens alimentares.

O **investimento** decresceu -4,9%, quando em 2019 tinha registado um crescimento de 5,4%. Este decréscimo refletiu o comportamento da FBCF, que diminuiu 2,2% (tinha crescido 5,4% em 2019) e o comportamento da variação de existências, com um contributo marginalmente negativo de -0,3%. No conjunto do ano, a desaceleração da FBCF foi sustentada sobretudo pelo comportamento da FBCF em equipamentos, designadamente equipamentos de transporte, que registou uma variação anual de -27,2%, e de outros equipamentos, que registou uma quebra de 7,7%.

Relativamente às **exportações de bens e serviços**, estas observaram um decréscimo real substancial face a 2019 (-18,6% versus um crescimento de 3,9%), num quadro de crescimento mais fraco do comércio mundial e da procura externa dirigida à economia portuguesa. A redução das **importações de bens e serviços** foi ligeiramente menos acentuada que a verificada nas exportações (decréscimo real de -12,0%, menos 16,7 p.p. que em 2019). A contração das exportações em volume refletiu a diminuição da componente de bens, que passou de um crescimento de 3,3% para uma quebra de 11,4% e de serviços, oscilando de um crescimento de 5,4% para -34,0%. No caso das importações, esta realidade decorreu da componente de bens (de 4% para -10,3%) e de serviços (de 8,4% para -20,3%).

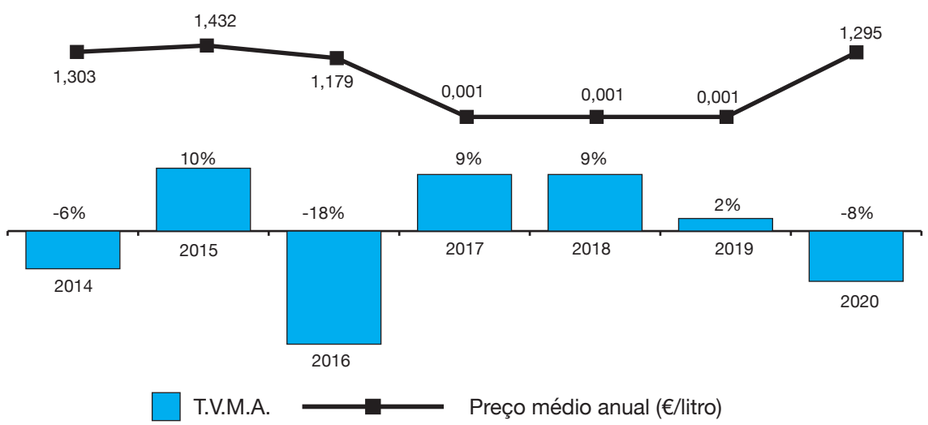
Em termos de principais destinos das exportações, e destacando o desempenho da componente de bens em valor, o ano de 2020 registou uma queda de 12,3% do fluxo para a Itália, 11,3% para a Alemanha, 14,2% para os Países Baixos, 4,8% para a França, 12,0% para os EUA, 7,7% para a Espanha, 15,7% para o Reino Unido e 29,7% para Angola.

Tendo em conta a dinâmica em valor das exportações e das importações de bens e serviços, o saldo da balança de bens e serviços situou-se num patamar negativo, de -0,2% do PIB (ótica das Contas Nacionais) em 2020, passando de um saldo positivo para negativo, o que terá sobretudo a ver com a quebra acentuada do turismo internacional. Por sua vez, a capacidade de financiamento da economia, medida pelo saldo da balança corrente e de capital (também na ótica das Contas Nacionais), desceu para 0,1% do PIB, face a 0,9% em 2019.

A **taxa de desemprego média anual** subiu em 2020, situando-se num valor médio de 6,8% (o que compara com 6,5% em 2019), terminando, assim, a trajetória descendente registada desde 2014. Esta subida deve-se aos efeitos da pandemia COVID-19 na atividade económica. O diferencial face à taxa de desemprego na Área do Euro fixou-se em -1,5 p.p. em 2020, valor inferior ao do ano precedente. Em 2020, o número de desempregados em Portugal subiu 3,4% face a 2019.

A **taxa de inflação**, medida pela oscilação do IPC, registou uma variação média anual nula em 2020, sucedendo a uma taxa de 0,3% no conjunto do ano de 2019. No caso particular do preço do gasóleo rodoviário, assistiu-se a um abrandamento muito significativo, registando-se um decréscimo, no cômputo de 2020, de 8,4%, tendência que já se verificava em 2019 com um crescimento de apenas 1,5%, após dois anos sucessivos de aumentos acima dos 8%.

Evolução do preço do gasóleo rodoviário | 2014-2020



Fonte: elaboração própria a partir de dados da Direcção-Geral da Energia e Geologia.

Quanto às contas públicas, o **saldo orçamental** observou uma evolução desfavorável em 2020, passando de um rácio de 0,1% para -5,7% do PIB (na ótica da Contabilidade Nacional). Os efeitos da pandemia COVID-19 contribuíram decisivamente para este resultado, após se ter atingido, em 2019, um saldo positivo pela primeira vez em muitas décadas. As estimativas do INE (Procedimento dos Défices Excessivos) indicam, por sua vez, um rácio da dívida pública bruta no PIB de 133,6% em 2020, correspondente a um aumento de 16,8 p.p. face ao ano anterior.

Para **2021**, o Banco de Portugal aponta, nas suas previsões de março, uma recuperação da atividade económica, apontando para uma taxa de variação do PIB de 3,9%, assumindo que as restrições serão gradualmente levantadas a partir do segundo trimestre de 2021. O início do processo de vacinação veio reforçar a confiança na recuperação económica, que está também ancorada na manutenção de uma orientação favorável das políticas monetária e orçamental. No entanto, a evolução da economia portuguesa ao longo do horizonte de projeção permanece rodeada de incerteza. A maior incerteza concentra-se no curto prazo, no que concerne à evolução da pandemia e do processo de vacinação, e não tanto no longo prazo. A médio e longo prazo, a recuperação está acima de tudo relacionada com o comportamento das famílias e com a resiliências das empresas. Neste contexto de incerteza, o Banco de Portugal decidiu divulgar três cenários para a evolução da economia, um **cenário base** e dois cenários alternativos **(cenário favorável e cenário adverso).**

No designado **cenário base**, prevê-se uma subida do PIB de 3,9% em 2021, vindo das exportações e do consumo privado os maiores contributos, dado que são as componentes que mais se reduziram. O consumo privado deverá subir 2,0%, alicerçado mais na componente de bens e não na componente de serviços, mais dependente de contactos pessoais. Com o levantamento gradual das restrições e a redução da incerteza, o crescimento do consumo privado deverá refletir a evolução favorável do rendimento disponível real das famílias e a manutenção de condições benignas de financiamento. A FBCF deverá aumentar 3,6%, beneficiando da entrada de fundos europeus. O consumo público deverá acelerar 3,7%, decorrente do efeito de base nas despesas com pessoal associado à redução das horas trabalhadas nas administrações públicas em 2020, cuja magnitude é superior à esperada em 2021. Num quadro de dinâmica favorável da procura externa de bens com a recuperação gradual do turismo e dos serviços relacionados, as exportações de bens e serviços deverão subir 13,7%. No caso das importações, perspetiva-se um aumento de 10,2%.

No designado **cenário favorável**, prevê-se um melhor controlo das infeções e o levantamento mais rápido das medidas de contenção, traduzindo-se numa redução da incerteza e num aumento da confiança dos agentes económicos. Neste contexto, o consumo privado deverá crescer acima do considerado nas projeções de base (3,1% em 2021, 4,7% em 2022 e 2% em 2023), para o que contribuirá uma taxa de poupança temporariamente inferior à observada antes da crise pandémica. Assume-se que as famílias gastarão parte da poupança acumulada em 2020, em larga medida de natureza forçada, o que permitirá repor mais rapidamente a despesa adiada durante a pandemia. Num cenário de menor incerteza, o investimento também aumentará mais, em particular em 2021. Refletindo o maior crescimento da procura interna e externa, no cenário favorável, o PIB crescerá 4,7% em 2021, 5,4% 2022 e 2,3% em 2023. No início de 2022, o PIB atinge o valor observado no final de 2019.

No **cenário adverso**, assume-se uma disseminação mais gradual da vacina e o surgimento de novas variantes enquanto ameaça, podendo traduzir-se em novos períodos de confinamento e restrições à circulação entre fronteiras ao longo de 2021. Para além do impacto negativo na confiança dos agentes económicos, a manutenção de medidas de contenção e os receios de contágio implicarão uma evolução mais contida do consumo privado, em particular de serviços mais expostos ao contacto pessoal. A taxa de poupança permanecerá acima da taxa de longo prazo. Neste cenário, o consumo privado crescerá apenas marginalmente em 2021 (0,4%), recuperando também de forma mais moderada (3,6% em 2022 e 2% em 2023). Apenas no final do horizonte de projeção, o consumo privado atingirá o nível pré-pandemia. O prolongamento de níveis baixos de procura interna e externa e a persistência de restrições à atividade colocarão em causa a viabilidade e a sobrevivência de um maior número de empresas. A deterioração da situação financeira das empresas, em particular as pertencentes aos setores mais afetados e as mais endividadas, implicará perdas de emprego e de capacidade produtiva. Adicionalmente, a maior incerteza levará a um adiamento de decisões de investimento, o que contribuirá para o menor crescimento da procura agregada. Estes efeitos serão parcialmente mitigados pelo reforço das medidas de apoio implementadas e pela adoção de políticas que impedirão a amplificação financeira da crise. Os efeitos sobre as contas públicas não colocam em causa a hipótese de sustentabilidade, mas no médio e longo prazo não podem deixar de ser considerados. A deterioração do enquadramento internacional a par do prolongamento das medidas de contenção induzirá uma recuperação mais lenta das exportações de bens e, em particular, de serviços. O PIB crescerá a um ritmo inferior ao considerado nas projeções do cenário base em 2021 e 2022, 1,6% e 3,2%, respetivamente, e acima em 2023, 3,2%.

No que toca o mercado de trabalho, o BdP prevê um aumento do emprego de 0,3% em 2021, 1,6% em 2022 e 0,5% em 2023, bem como uma subida da taxa de desemprego em 2021 para 7,7%, mas uma gradual e lenta descida nos dois anos seguintes, para 7,6% e 7,2% respetivamente. Já no que se refere à taxa de inflação, as previsões do BdP apontam uma subida gradual ao longo dos próximos anos: 0,7% em 2021, 0,9% em 2022 e 1,0% em 2023. Por fim, segundo o BdP, os saldos da balança corrente e de capital deverão continuar a manter excedentes e a aumentar de 2021 a 2023, beneficiando do efeito pontual da devolução em 2021 de 1.088 milhões de euros por parte do Fundo Europeu de Estabilização Financeira, da trajetória de redução do pagamento de juros da dívida pública e do aumento dos recebimentos de fundos europeus.

Num cenário favorável, o mercado de trabalho recuperará mais rapidamente, com a taxa de desemprego a regressar aos níveis pré-pandemia no final de 2023. Num cenário adverso, a evolução do mercado de trabalho será mais desfavorável: a taxa de desemprego situa-se no final de 2023 cerca de 2 p.p. acima do observado antes da crise pandémica.

Enquadramento Setorial

relatório & contas
GRUPO COOPROFAR-MEDLOG

Enquadramento Setorial

O Grupo Cooprofar-Medlog iniciou 2020 focado nos objetivos estratégicos traçados com o propósito de fazer face à tendência consolidada no setor da Distribuição, desde há largos anos, de aumento de exigência ao nível das operações e de serviços, acompanhada de margens de negócio progressivamente menores, nomeadamente por imposições de natureza legislativa e económica, salvaguardando a manutenção de condições que permitam o crescimento dos negócios e a sustentabilidade do Grupo.

Os objetivos, reiterados na apresentação do Plano de Atividades e Orçamento para o referido ano, foram os seguintes:

- Cumprimento cabal de todos os requisitos legais e de boas práticas inerentes às diversas atividades, efetuando todas as adaptações necessárias ao cumprimento das exigências legislativas decretadas para a atividade do Setor;

- Manutenção de um modelo organizacional Sustentável nos seus domínios Económico, Social e Ambiental espelhado nas certificações com base nas Normas ISO 9001:2015 – Sistema de Gestão da Qualidade, NP 4457:2007 Sistema de Gestão da Investigação Desenvolvimento e Inovação, e Norma Internacional SA 8000 - Responsabilidade Social;

- Continuidade do trabalho de análise de processos, serviços e rentabilidade com o propósito de aumentar a Eficiência e salvaguardar a Sustentabilidade; e

- Manutenção da Proximidade e da colaboração a 360° com toda a cadeia do Medicamento, abrangendo Indústria Farmacêutica, Parceiros, Farmácias e Utentes.

Face a uma previsão de crescimento do Mercado em valor de 1%*, o foco nas medidas conducentes ao aumento de eficiência operacional era prioritário nas diversas áreas de negócio, salvaguardando sempre um equilíbrio adequado entre nível de serviço, rentabilidade e satisfação dos Clientes.

No entanto, imediatamente após o início do ano, o surgimento da Pandemia de COVID-19 despoletou um conjunto de alterações no normal funcionamento da sociedade e, consequentemente, das empresas que originou numa necessidade de adaptação sem precedentes nas atividades do Grupo.

Assim, no primeiro trimestre de 2020, foram ativadas as medidas previstas no Plano de Contingência, implementando protocolos de higienização reforçados, distribuindo equipamentos de proteção, alterando de horários e turnos de trabalho para isolar equipas, adaptando os espaços físicos e assegurando meios técnicos de apoio ao teletrabalho, sempre que possível.

As medidas implementadas nesta fase visaram não só assegurar a proteção da saúde dos colaboradores, mas também garantir, com condições de qualidade e segurança a continuidade da prestação dos serviços aos Clientes de forma a garantir o acesso ao Medicamento pela população.

Os serviços foram reajustados de forma a responder a um conjunto de novas condicionantes no mercado que ditaram alterações nas operações, nos horários de colocação de encomendas, na frequência de entregas, nos processos para garantir suprimento de medicamentos a Farmácias situadas no interior de cercas sanitárias, entre outras.

No curso do ano as medidas implementadas de segurança e higienização e de adaptação das equipas e das operações foram contínuas. Contudo, no último trimestre, face a agravamento muito significativo do contexto epidemiológico reforçaram-se as medidas de segurança, com um plano de testagem regular a todos os colaboradores.

Este foco permanente na evolução da Pandemia com a implementação de medidas preventivas de forma rápida e eficaz permitiu garantir a prestação de serviços de forma ininterrupta durante todo o ano.

Podemos afirmar que a salvaguarda da prestação contínua de serviços aos Clientes face à nova realidade foi um objetivo adicionado aos previamente determinados no Grupo. Para este objetivo foi fundamental o Capital Humano da organização.

*** Fonte: IQVIA - Market Prognosis 2019-2023, Portugal**

Áreas de Suporte ao Negócio

relatório & contas
GRUPO COOPROFAR-MEDLOG 2020

Áreas de Suporte ao Negócio

A área de **Recursos Humanos** foi fundamental para a mobilização do Capital Humano do Grupo e o trabalho foi por isso, compreensivelmente, em grande medida orientado para as necessidades da Equipa que surgiram com a Pandemia, focando quatro aspetos fundamentais: manutenção da saúde dos colaboradores, salvaguarda das condições de higiene e segurança para o exercício das suas funções, transmissão de in-Formação relevante sobre as implicações e necessidades deste problema global e a manutenção da saúde da Equipa, promovendo a colaboração e entreajuda para alcançar a melhor adaptação possível ao novo contexto.

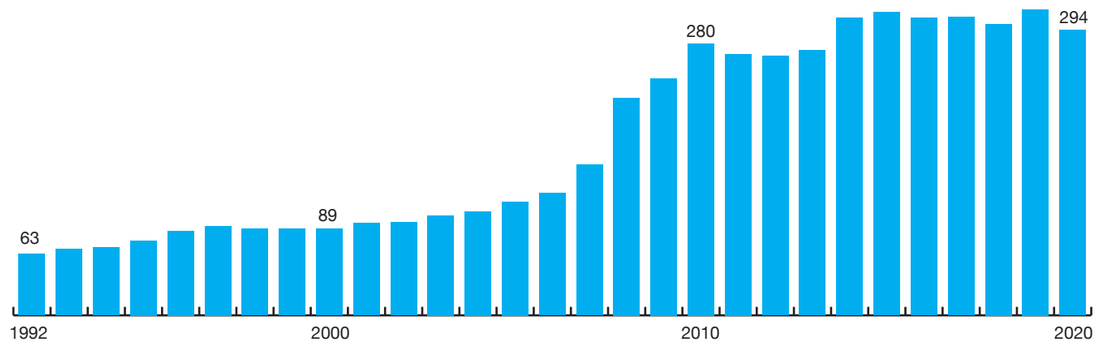
Assim, desde o momento de ativação do Plano de Contingência, o acompanhamento aos colaboradores foi permanente, estando a Equipa de Recursos Humanos presente inclusive nos momentos de testagem à COVID-19, entretanto implementados.

Foi assegurado o reforço dos protocolos de higienização, a distribuição de Equipamentos Individuais de Proteção, acompanhados de in-Formação relativa à sua correta utilização, o ajustamento de horários e turnos de trabalho de forma a isolar equipas, adaptando os espaços físicos e criando condições para teletrabalho em todas as funções passíveis dessa modalidade.

Não foram, no entanto, em momento algum descurados os objetivos estratégicos estabelecidos e isso é refletido no cômputo das atividades do ano.

O contributo dos Recursos Humanos para o cumprimento dos objetivos estratégicos focou-se na colaboração com os diversos Departamentos na otimização da alocação de recursos face às necessidades e resultou numa diminuição significativa no recurso a trabalho temporário para fazer face a picos de trabalho, na redução global de recursos afetos às empresas do Grupo e na identificação e concretização de oportunidades de progressão de carreira para colaboradores do Grupo, alcançado resultados pelo adequado – Fit Pessoa-Função-Cultura.

Evolução Histórica de Colaboradores



Basilar para a atividade do Grupo é também o cumprimento dos objetivos relacionados com requisitos legais, de boas práticas e de manutenção de um modelo organizacional Sustentável nos seus domínios Económico, Social e Ambiental.

O compromisso com estes objetivos foi, naturalmente, espelhado nos resultados das ações da área **Técnica e de Qualidade.**

Neste âmbito, as atividades de avaliação da conformidade no âmbito das Normas ISO 9001:2015 – Sistema de Gestão da Qualidade, NP 4457:2007 Sistema de Gestão da Investigação Desenvolvimento e Inovação, e SA 8000:2014 para renovação das três certificações ocorreram num contexto particularmente exigente. Estando em causa processos de renovação das três certificações os procedimentos de auditoria foram mais pormenorizados e de maior duração. A compatibilização destas exigências com a necessária salvaguarda da proteção das equipas envolvidas trouxe uma complexidade adicional aos processos.

No entanto, os resultados traduziram o compromisso e o envolvimento contínuo por parte de todos os colaboradores da organização.

As conclusões traduzidas pelas equipas auditoras nos respetivos relatórios foram favoráveis à renovação das certificações, destacando como pontos fortes do sistema de gestão, entre outros, "Envolvimento da Gestão de Topo; Forte dinamismo na execução do serviço; Envolvência de toda a equipa auditada; Ferramentas informáticas utilizadas, sofisticadas e bem configuradas; Processos de "Devoluções" e "Controlo de Stocks"; Gestão dos Projetos de Melhoria / IDI; Orientação para o Cliente; competência técnica evidenciada".

Além disso, o trabalho desenvolvido ao longo do ciclo de gestão, designadamente nos diversos exercícios de auditoria interna, que abrangeram todos os processos de negócio e todas as plataformas do Grupo, permitiu a identificação de aspetos a corrigir, assim como aspetos onde foi detetado um relevante potencial de melhoria.

COVID-19 - Atividade Regulamentar

A Pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2 trouxe a necessidade de serem definidas orientações quanto ao desenvolvimento de diversas áreas de atividade, entre as quais a atividade dos Distribuidores Farmacêuticos, dado o seu papel fulcral no circuito do medicamento.

Assim, no início do ano há a destacar a colaboração com o INFARMED e com a DGS na definição da Norma destinada aos Distribuidores por Grosso e Fabricantes de Medicamentos de Uso Humano, que veio a ser publicada em 26/03/2020.

Fruto da constituição da Reserva Estratégica Nacional de Medicamentos passou a ser obrigatório, desde 16 de março, o reporte semanal ao INFARMED, I.P. do nível de stock, aquisições e vendas de um conjunto de referência de medicamentos. Este número de referências, que chegou a ser 5066, foi sofrendo alterações ao longo ano, em função das necessidades e orientações terapêuticas que foram surgindo, porém, a obrigatoriedade de reporte semanal manteve-se.

As áreas de **Sistemas de Informação e de Logística** sofreram um impacto muito relevante na sequência da Pandemia, obrigando a alterações e ajustamentos constantes, e muitas vezes imediatos, na operação e nas funções de suporte, para permitir a manutenção de um serviço eficiente e de qualidade aos Clientes.

As alterações de processos, anteriormente referidas, produziram consequências diretas na resposta exigida às infraestruturas informáticas e de comunicações. O parque de computadores colocado à disposição dos colaboradores foi revisto e atualizado, privilegiando a portabilidade e as comunicações móveis. As infraestruturas internas de comunicação e suporte ao teletrabalho foram reforçadas bem como os mecanismos de segurança, controlo e monitorização deste tipo de atividade. As redes de comunicação fixas e móveis foram revisitadas e dotadas de capacidades adicionais. Foram adotadas metodologias de apoio ao trabalho à distância quer para consumo interno da organização quer para suporte às atividades com os nossos Clientes, nomeadamente, nas atividades de formação.

A plataforma de suporte às componentes WEB do Grupo Cooprofar-Medlog foi atualizada para a versão mais recente. Os portais, páginas e serviços WEB continuaram a ser evoluídos e melhorados permitindo a criação de novas ligações eletrónicas com Clientes e Fornecedores, facilitando a troca de informação entre os envolvidos e garantindo uma comunicação segura e eficaz.

Em parceria com a ADIFA – Associação dos Distribuidores Farmacêuticos –, o Grupo Cooprofar-Medlog, através do seu Departamento de Sistemas de Informação, forneceu a tecnologia, desenvolveu, e garantiu o funcionamento e a manutenção de portais e serviços WEB de suporte a dois projetos de agilização de aspetos específicos da cadeia de abastecimento do medicamento em Portugal. O primeiro, o projeto AdifaExpress, em atividade, consiste na agilização da entrega regular da medicação habitual pelo hospital ao seu paciente, através da utilização das capacidades de distribuição dos associados da ADIFA e da utilização do conforto oferecido pela proximidade aos Utentes das Farmácias de oficina. O segundo, o projeto piloto AdifaB2C, visava promover as entregas ao domicílio de encomendas da Farmácia, entregues ao utente final, pelos distribuidores associados da ADIFA.

Também na área dos Sistemas de Informação, como habitualmente, foram desenvolvidas e melhoradas várias funcionalidades do sistema de informação para as diferentes áreas da empresa, com grande relevo para as áreas comercial e logística. Nesta última, com grande destaque, numa intervenção de fundo em suporte ao projeto de renovação e aumento da automação em curso na plataforma logística de Gondomar.

O Grupo encetou, no início de 2020, o desenvolvimento de um projeto logístico de grande dimensão na sua sede em Gondomar com o objetivo de aumentar muito significativamente a percentagem de automatização e, por consequência, a capacidade de preparação de encomendas desta plataforma. O projeto visa não só a atualização tecnológica dos componentes de automação existentes, bem como a instalação de novos componentes capazes de aumentar significativamente a produtividade e a eficiência do sistema. A primeira fase do projeto, de um total de três, entrou em produção no final do ano e, para além da atualização dos componentes existentes, já implementou, entre outras funcionalidades, novas formas de picking, como por exemplo o aproveitamento da informação de lote e prazo de validade disponibilizada nos códigos bidimensionais de grande parte dos medicamentos. As segunda e terceira fases, a iniciar nos dois primeiros quadrimestres de 2021, focar-se-ão, fundamentalmente, na instalação dos novos automatismos de preparação de encomendas. Para que estas alterações fossem possíveis numa plataforma logística em pleno funcionamento, sem interrupções, foi necessário realizar um vasto conjunto de atividades paralelas ao projeto principal, mas sem as quais seria impossível a sua realização.

No ano em análise foi efetuado um conjunto de melhorias na rede de plataformas logísticas e dada continuidade ao processo de análise dos algoritmos de compras e aprovisionamento com o propósito de os adequar às efetivas necessidades dos Clientes, dando especial atenção à racionalização de stocks, diminuição de perdas e adequação do portefólio de produtos. Os principais parâmetros do algoritmo de compras foram revistos e reajustados. Foram revisitados os critérios para os cálculos das previsões de stock, foram desenhados indicadores para medir o nível de serviço dos fornecedores e foi feito um diagnóstico rigoroso sobre os stocks da empresa. Este diagnóstico permitiu criar um enquadramento para melhorias futuras da eficiência dos stocks e nível de serviço aos Clientes.

A área de **Aprovisionamento e Compras** deparou-se, no entanto, com momentos de extrema dificuldade na obtenção dos medicamentos e produtos de saúde solicitados pelo Mercado. As dificuldades foram causadas por períodos de procura excecionalmente alta, como aconteceu por exemplo no mês de março em que um "pico" sem precedentes nas encomendas resultou num aumento de faltas nas encomendas, que fez com que o valor médio de faltas a dezembro tenha sido de 2,27%, ao invés do valor de 1,86%** que teria sido alcançado tivesse sido possível efetuar a gestão habitual no sentido de salvaguardar o nível de serviço aos Clientes. Surgiram também diversas dificuldades na aquisição de várias referências de produtos, como é o caso por exemplo dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) tão solicitados ao longo de todo o ano.

Evolução das faltas nos processos de encomenda, 2018-2020

	2018	2019	2020
Faltas	1,74%	1,90%	1,86%**

** Valor calculado considerando os resultados mensais, com exceção dos obtidos no mês de março.

Como o objetivo de ampliar cada vez mais o conjunto de vantagens facultadas aos Clientes continuou a dinamizar-se a interação com laboratórios para promover o estabelecimento de parcerias em Encomendas Diretas – Transfers Orders e Acordos Tripartidos.

A empresa focou-se também no desenvolvimento de um serviço de VMI - "Vendor Managed Inventory" - em parceria com algumas Farmácias. Este serviço permite à Farmácia libertar-se das atividades operacionais de gestão de stocks sem perda de nível de serviço para os Utentes. Ou seja, a Cooprofar gere os stocks de uma lista de produtos previamente acordada com a Farmácia, garantindo um nível de serviço superior ao que esta já tinha proporcionando, simultaneamente, maior eficiência operacional. A Farmácia ganha tempo, reduz custos operacionais e foca-se nas suas atividades mais nucleares e de maior valor acrescentado para os Utentes. Com a visibilidade da cadeia logística do grossista à Farmácia, e com décadas de especialização na gestão de stocks, a Cooprofar consegue aumentar o nível de serviço do seu Cliente e a eficiência operacional de ambos os elos da cadeia. O desenvolvimento deste serviço implicou uma mudança de paradigma no fornecimento de mercadoria e novos conceitos e ferramentas informáticas tiveram de ser concebidos. Foi desenvolvido um novo modelo de aprovisionamento específico para as Farmácias deste serviço. Foi adotado e ajustado um modelo sofisticado de previsão da procura. Foram estabelecidas parcerias com alguns laboratórios a fim de criar canais de fornecimento de mercadoria e informação. Os processos logísticos tiveram, também, de ser ajustados a este novo tipo de fornecimento. Foi criado um painel de indicadores e um método de acompanhamento do serviço, por parte do prestador e do Cliente, focado no rigor e na transparência.

O **Transporte de Produtos de Saúde** foi também marcado por significativas alterações no fruto de ações que visaram mitigar os efeitos da Pandemia, como a redução do número de entregas da Cooprofar às Farmácias, mas sobretudo na sequência da continuidade de implementação de medidas de aumento de eficiência operacional.

Com esse intuito foram renegociados contratos com os Clientes externos ao Grupo, o que se traduziu numa redução do impacto da atividade destes Clientes na rede, gerando ganhos eficiência dos meios afetos à distribuição.

Com o mesmo propósito foi dada continuidade à distribuição partilhada com outro operador Grossista, com especial enfoque na região da Grande Lisboa.

No que se refere à frota, não foram efetuadas renovações pois as alterações implementadas propiciaram a redução de meios a afetar à operação.

No cômputo do ano, as medidas adotadas geraram uma diminuição de custos afetos à distribuição de 25% em relação ao período homólogo, concretizando o objetivo traçado, que conduziu à sua implementação.

Em 2020 a aposta do Grupo na Comunicação Digital, nomeadamente através do Portal e Websites do Grupo, da Intranet, das redes sociais – Facebook, Instagram e Linkedin e das Newsletters – Clipping e Infomail, que vem a ser feita desde há alguns anos permitiu, de forma simples e ágil, salvaguardar a comunicação com os nossos públicos-alvo, um pilar fundamental para a manter a Proximidade que nos caracteriza.

O portal do Cliente foi dotado de novos conteúdos, como por exemplo, a possibilidade de a Farmácia gerir e registar os seus serviços e disponibilidades, melhorias na gestão de tripartidos e TFOs com apresentação dos objetivos on-line, entre outros. O serviço de registo de encomendas por B2B foi aperfeiçoado para aumentar a fiabilidade e rapidez da comunicação.

À semelhança do que aconteceu com todas as áreas funcionais do Grupo as atividades de **Marketing** foram ajustadas para fazer face à mudança dramática que ocorreu no ano.

Por essa razão, em março, face a um cenário de elevada incerteza suspendeu-se a produção em suporte físico de peças de comunicação como a revista My Cooprofar, as monofolhas nos tabuleiros e as peças de suporte às Campanhas de Proximidade. Conscientes do valor dos conteúdos transmitidos, efetuou-se a transição da produção para suporte digital, pelo menos até ao momento em que houvesse informação a atestar a segurança (no que se refere a propagação do vírus) do envio destes veículos de comunicação. Em dezembro, havendo já informação mais robusta no que se refere a riscos para a Saúde Pública, foi retomada a produção das peças em suporte físico, iniciando pela revista My Cooprofar, sem, no entanto, abandonar a produção em suporte digital, que angaria a cada dia novos utilizadores.

As ações dirigidas aos Parceiros da Indústria Farmacêutica – Open Day –, com o propósito de estreitar o relacionamento e identificar oportunidades de colaboração, foram realizadas em formato virtual, com reuniões personalizadas nas quais se aprofundaram parcerias existentes e estabeleceram novas parcerias, com serviços customizados de forma a garantir soluções *win-win* para todos.

O desenvolvimento do calendário da Formação Cooprofar foi pautado pela continuidade do trabalho de anos anteriores. No entanto, o ano destacou-se pela alteração rápida do modelo tradicional de formação para o modelo digital para garantir o acesso a conteúdo relevante para a atividade profissional das equipas das Farmácias e profissionais de saúde, logo que foi inviabilizada a realização de ações em formato presencial. Manteve-se, contudo, o objetivo de realizar ações em formato presencial, pelo que sempre foi possível foram realizadas ações presenciais, como aconteceu no caso dos cursos de "Administração de vacinas e medicamentos e injetáveis" e de Suporte Básico de Vida" realizados.

Em 2020 foram realizados 21 cursos presenciais e 15 webinars, sempre creditados pelas Ordem dos Farmacêuticos e certificados pela Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho – DGERT –, disponibilizando conteúdos formativos a mais de 1000 formandos, um número de formandos semelhante ao alcançado em 2019 possível pelo ajustamento dos horários de formação aos processos de trabalho das equipas das Farmácias.

Com o objetivo de promover a Saúde e valorizar a Farmácia e o Papel do Farmacêutico na comunidade, a Cooprofar realizou em 2020 três Campanhas de Proximidade: "De 0 a 10, quanto dói?", "Atchim, Alergia ou Constipação" e "Vamos ser íntimos pela sua Saúde". A primeira campanha, ainda no período pré-pandemia foi lançada com peças de suporte físicas e digitais, as duas seguintes em formato 100% digital. Para aumentar o alcance das campanhas foram desenvolvidos micro sites WEB dirigidos ao Utente.

É de realçar que, apesar da enorme preponderância dos conteúdos comunicados dos meios de comunicação terem sido naturalmente dirigidos para a Pandemia, as Campanhas foram bem acolhidas pelo Público e amplamente divulgadas nos media, cumprindo o propósito junto das Farmácias e dos Utentes.

No âmbito da Responsabilidade Social, além do apoio a Parceiros de longa data, como a Fundação Portuguesa de Cardiologia, a Liga dos Amigos do Hospital de Santo António, a Cruz Vermelha Portuguesa, a Acreditar, o Instituto Profissional do Terço) e a Fundação Nuno Silveira, apoiamos e colaboramos em iniciativas como a Operação Luz Verde, um serviço de âmbito nacional, criado no âmbito da ADIFA, que assegura a entrega de Medicamentos dispensados em regime ambulatório hospitalar numa Farmácia da preferência do Utente, com a plataforma ADIFA Farma2Home, através da qual as Farmácias podem solicitar o serviço de entrega ao domicílio de medicamentos e produtos de saúde para os seus Utentes aos seus Distribuidores habituais, e com o Programa de Vacinação SNS Local, promovido pelo Ministério da Saúde, que teve como objetivo a disponibilização de cerca de 200 mil doses de vacina contra a gripe, a cidadãos com mais de 65 anos, para administração em Farmácia. Estas iniciativas refletem um valor fundamental para o Grupo - a Promoção da Saúde - através de um ponto de acesso à mesma especializado, próximo e sempre disponível - a Farmácia.

Áreas de Negócio

relatório & contas
GRUPO COOPROFAR-MEDLOG

Áreas de Negócio

A prossecução do cumprimento com sucesso das ações delineadas com o propósito de concretizar os objetivos estratégicos do Grupo estabelecidos para 2020 manteve-se como prioridade, apesar dos desafios que este ano tão absolutamente atípico nos colocou.

Para tal, as ações de cada área de negócio foram norteadas pelas necessidades dos diversos interlocutores.

No que se refere às Farmácias, a Equipa Comercial adaptou a sua forma de relacionamento, preservando, sempre que possível, a preferência pela abordagem presencial, que tanto valorizamos, e recorreu a outras formas de contacto, garantindo o acompanhamento e comunicação ágil de todas as questões relevantes, de forma a preservar as relações de verdadeira parceria estabelecidas e promover o aumento e o reforço, de forma rentável, dos negócios.

As medidas implementadas privilegiaram sempre um equilíbrio saudável entre Portefólio e Nível de Serviço, Rentabilidade, Fidelização e Sustentabilidade e resultaram num volume de negócios de 397 497 785€ e uma quota acumulada de 13,40%, face a 381 773 315€ e 13,25% no período homólogo.

Da mesma forma, na Promoção e Representação de produtos, os planos de contingência em vigor condicionaram o perfil de visita da Equipa Comercial, dificultando a implementação das atividades de *Sell-in* e *Sell-out* previstas, condicionante esta que também dificultou toda a atividade de prospeção. De forma a minimizar estes impactos foi alavancada a implementação e desenvolvimento de atividades na área digital, que tem permitido aumentar a notoriedade das nossas marcas junto dos Clientes e dos Consumidores.

Manteve-se, contudo, o foco na manutenção e dinamização das parcerias e gamas representadas, dando especial atenção à adequação da estrutura às necessidades e condicionantes do mercado e a dinamização e valorização da carteira de Clientes.

No Comércio Internacional a aposta contínua no estabelecimento de parcerias exclusivas com a Indústria Farmacêutica com o propósito de garantir o abastecimento contínuo do mercado dos PALOP, assim como a maior disponibilidade de stock e a normalização das ações do INFARMED face a 2019 permitiram alcançar uma enorme recuperação nesta área de negócio, compensando perdas de anos anteriores.

Na Atividade pré-grossista, apesar das adversidades, toda a operação pré-grossista foi adaptada às efetivas necessidades de cada Cliente/Parceiro de negócio, reforçando a integração de informação, de forma a aumentar a produtividade, eficiência e a partilha de informação diária sobre a evolução do negócio. Para um dos Parceiros fez-se também um investimento na adequação da estrutura logística, com especial enfoque no reforço dos processos e atividades de suporte ao negócio para garantir um controlo cada vez mais efetivo do negócio.

Análise Economico Financeira

relatório & contas
GRUPO COOPROFAR-MEDLOG

Análise Económico-Financeira

Contas consolidadas:

O ano de 2020 ficou assinalado, uma vez mais, como um importante marco no desempenho económico-financeiro do Grupo Cooprofar-Medlog. Apesar de não termos alcançado o volume de outros anos do negócio relativo ao Comércio Internacional, continuamos a obter uma boa rentabilidade (2,889 milhões de euros). Importante foi o aumento verificado no resultado operacional que este ano atingiu os 4,693 milhões de Euros, quando no ano transato obtivemos 2,964 milhões de euros. Com o aumento do vol. de negócios em cerca de 15,724 M€, a diminuição dos gastos da operação, a margem retida e a sua contribuição para o resultado operacional foi particularmente benéfica.

"(...) aumento do vol. negócios em 15,724 milhões de euros (...)

Principais indicadores económico-financeiros, 2020-2019

	2020	2019
EBITDA/VN	1,73%	1,24%
Juros Suportados/EBITDA	20,39%	29,76%
Rendibilidade Operacional das Vendas	1,18%	0,78%
Rendibilidade do Ativo	3,00%	1,27%
Liquidez geral	1,69	1,46
Peso do Passivo Remunerado	33,56%	37,03%
Estrutura de Endividamento	75,01%	82,32%
Cobertura dos ativos n/ Correntes	361,10%	290,64%
Autonomia Financeira	31,75%	27,85%
Dívida Bancaria Líquida/EBITDA	3,15	4,48
Tempo médio de recebimento (dias)	36,33	46,42
Tempo médio de Existências (dias)	29,61	33,60
Tempo médio de pagamento (dias)	34,28	42,24

Se no domínio da atividade estritamente operacional, o ano de 2020 se revelou mais uma vez bastante satisfatório, também na área financeira se consolidaram progressos assinaláveis de contenção no que diz respeito às principais rubricas. Assistimos a um aumento da margem Ebitda, que advém de uma maior contribuição do canal farmácia e dos gastos da sua operação se terem retraído. Deve destacar-se que, apesar do crescimento do vol. de negócios, a rubrica de clientes consolidados contraiu 10,08 dias, fruto de uma maior disponibilidade dos clientes e de uma melhoria no controle do crédito.

O passivo remunerado diminuiu 3,47 pontos, (que se passou a cifrar nos 33,56%), consequência de uma diminuição da exposição bancária, com o tempo médio de pagamento a fornecedores a diminuir 7,96 dias (em 2019, era de 42,24 dias) e o tempo médio de recebimento de clientes melhorou em 10,08 dias, fixando-se agora nos 36,33 dias, assim como o prazo médio de existências que se fixou nos 29,61, tendo diminuído em 3,98 dias.

A Autonomia Financeira saiu fortalecida (melhorou 3,9 pontos percentuais) fixando-se em 2020 nos 31,75%, tendo para tal contribuído conjuntamente os seguintes fatores: diminuição do ativo circulante, nas suas principais rubricas de Estado e Recebíveis de Clientes e de Outras Entidades.

"(...) redução da divida bancária líquida em 5,386 milhões de euros (...)

As demonstrações financeiras, relativas a 2020, mais uma vez sinalizam de forma inequívoca que o Grupo Cooprofar-Medlog continua numa trajetória de consolidação, marcada pela obtenção de níveis assinaláveis de rentabilidade operacional, mesmo em ano que existiu forte limitação à atividade de comércio internacional, pelas restrições à mobilidade impostas pela Covid19.

Com tudo isto atingiu-se o objetivo de melhorar os meios libertos de exploração, acautelando o redimensionamento do passivo remunerado, vetores indispensáveis ao reforço sustentado da estabilização da posição económico-financeira.

Perspetivas

relatório & contas
GRUPO COOPROFAR-MEDLOG
2020

Perspetivas

O ano de 2021 será ainda fortemente influenciado pela pandemia e pelas consequências ao nível social e económico que ela deixou.

Ao nível social, assistiremos sem dúvida a um aumento do desemprego, como consequência de uma asfixia do setor produtivo, que tem vindo a ser mitigada pelas “moratórias”, que não poderão ser mantidas indefinidamente.

Idêntica questão se porá a particulares, com os auxílios do Estado a não poderem alcançar os níveis de rendimento a que as famílias estavam acostumadas.

Mesmo os inúmeros auxílios do Estado que têm sido concedidos vão ter de ser pagos e, portanto, perspetiva-se um aumento significativo de impostos no médio prazo.

Por todos estes motivos, que determinam um abaixamento do poder de compra da população bem como uma diminuição dos recursos do Estado, temos de encontrar soluções para sofrermos o menos possível com as consequências da crise. A solução está no aumento da capacidade concorrencial concretizada através de três vetores principais:

1 - Aumento da Produtividade
2 - Diminuição dos Custos
3 - Proximidade ao Cliente

1 - Aumento da Produtividade

No que concerne ao aumento da produtividade, espera-se a entrada em funcionamento a 50% do novo OSR em abril, seguido da outra metade em julho. Este equipamento vai substituir uma forte componente de *picking* manual, permitindo um significativo aumento de produtividade. Por outro lado, o aperfeiçoamento dos circuitos das mercadorias, irá diminuir o tempo entre a receção e a disponibilização, melhorando a gestão de stocks.

2 - Diminuição de Custos

A grande parcela do custo operacional é a distribuição. Assim, tudo o que represente diminuição de custos mantendo o serviço ao Cliente é importante. Será concretizada durante este ano a fundação de uma empresa de transportes e distribuição, visando a partilha de economias com outros operadores.

Por outro lado, importa fazer sistematicamente uma análise custo/beneficio da utilização de recursos.

De facto, concluiu-se que devíamos encerrar o Armazém da Guarda, o que vai acontecer em 2021, dado que os pressupostos que levaram à sua abertura em 2007 se encontram ultrapassados.

3 - Proximidade ao Cliente

A Cooprofar considera chave o investimento na proximidade ao cliente. Durante a pandemia foram desenvolvidas várias formas de, evitando o contato físico, se manter essa proximidade, Além disso tem estado a ser desenvolvida uma plataforma de gestão de um número crescente de produtos no ponto de venda, evitando que a Farmácia se preocupe com a sua existência passando esse encargo para a Cooprofar.

São processos destes, muito apoiados na digitalização, que irão tomar muita da nossa atenção durante o ano de 2021, sempre procurando desenvolver um melhor e mais eficiente Serviço às Farmácias.

Gondomar, 14 de abril de 2021

O Conselho de Administração

Demonstrações Financeiras e Consolidadas

relatório & contas
GRUPO COOPROFAR-MEDLOG

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unid.mon.: Eur

Rubricas	Notas	31-12-2020	31-12-2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	8 130 612,72	7 305 287,99
Ativos intangíveis	8	81 999,97	84 057,68
Participações financeiras - Método da equivalência patrimonial	10	3 674 536,53	3 784 775,50
Outros investimentos financeiros	10	50 500,00	50 500,00
Outros ativos financeiros		752 940,00	271 253,00
Ativos por impostos diferidos	11	0,00	0,00
		12 690 589,22	11 495 874,17
Ativo corrente			
Inventários	12	32 249 908,49	35 139 460,21
Clientes	13	39 567 563,39	48 549 659,89
Estado e outros entes públicos	14	2 835 524,32	2 602 316,83
Outros créditos a receber	15	4 649 892,62	3 298 068,70
Diferimentos	16	689 436,22	729 604,49
Caixa e depósitos bancários	4	3 590 163,16	875 379,09
		83 582 488,20	91 194 489,21
Total do ATIVO		96 273 077,42	102 690 363,38
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	17	307 000,00	308 500,00
Reservas legais	17	1 629 672,22	1 580 713,96
Outras reservas	17	25 209 871,62	25 020 537,36
Resultados transitados	17	-984 876,36	3 240 575,07
Ajustamentos em ativos financeiros	17	1 514 814,32	-2 858 758,54
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
		27 676 481,80	27 291 567,85
Resultado líquido do período		2 889 417,46	1 305 156,90
Interesses que não controlam		0,00	0,00
Total do Capital Próprio		30 565 899,26	28 596 724,75
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	18	16 218 358,06	11 727 401,43
Passivos por impostos diferidos	11	14 731,53	91 362,80
Acionistas / Sócios	19	185 555,83	0,00
		16 418 645,42	11 818 764,23
Passivo corrente			
Fornecedores		34 485 016,81	40 781 452,85
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	14	1 145 297,41	1 297 352,95
Acionistas / Sócios		0,00	185 555,83
Financiamentos obtidos	18	7 180 675,98	14 593 692,76
Outras divídas a pagar	21	4 556 048,59	3 424 664,57
Diferimentos		0,00	8,21
Outros passivos financeiros	18	1 921 493,95	1 992 147,23
		49 288 532,74	62 274 874,40
Total do Passivo		65 707 178,16	74 093 638,63
Total do Capital Próprio e do Passivo		96 273 077,42	102 690 363,38

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unid.mon.: Eur

Rendimentos e Gastos	Notas	31-12-2020	31-12-2019
Vendas e serviços prestados	22	397 497 785,32	381 773 314,99
Subsídios à exploração	23	19 939,70	18 940,86
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	10	165 020,30	88 791,81
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	12	-367 216 188,24	-352 424 686,71
Fornecimentos e serviços externos	24	-9 059 517,93	-10 067 263,84
Gastos com pessoal	25	-7 006 778,65	-7 043 426,51
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13	-437 746,17	3 212,98
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	26	2 899 213,52	2 770 926,46
Outros gastos	26	-10 404 686,98	-10 395 971,03
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		6 457 040,87	4 723 839,01
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7-8	-1 764 307,14	-1 759 681,88
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 692 733,73	2 964 157,13
Juros e rendimentos similares obtidos	28	372 973,52	349 828,33
Juros e gastos similares suportados	28	-1 405 741,62	-1 404 751,46
Resultado antes de impostos		3 659 965,63	1 909 234,00
Imposto sobre rendimento do período	29	-770 548,17	-604 077,10
Resultado liquido do período		2 889 417,46	1 305 156,90

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unid.mon.: Eur

Rubricas	Notas	31-12-2020	31-12-2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	13	423 048 268,64	415 284 074,03
Pagamentos a fornecedores	20	-404 649 214,68	-405 251 281,54
Pagamentos ao pessoal	25	-6 992 992,37	-7 033 364,65
Caixa gerada pelas operações		11 406 061,58	2 999 427,84
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	29	-179 611,68	-85 717,37
Outros recebimentos/pagamentos	15-21	3 742 145,98	7 942 666,99
Fluxos de caixa das atividades operacionais		14 968 595,88	10 856 377,46
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	7	-89 709,34	-115 600,03
Ativos intangíveis	8	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	7	50 389,42	30 074,92
Ativos fixos intangíveis		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		371 969,25	340 562,02
Dividendos		0,00	98 000,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento		332 649,33	353 036,91
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	18	75 511 156,13	89 294 997,10
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	17	0,00	0,00
Outras operações de Financiamento		697 548,89	397 667,58
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	18	-86 162 682,11	-96 845 528,15
Juros e gastos similares	28	-1 351 968,58	-1 404 448,18
Outras operações de financiamento		-1 280 515,47	-5 582 468,26
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		-12 586 461,14	-14 139 779,91
Variação de caixa e seus equivalentes		2 250 086,81	-2 930 365,54
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	875 379,09	3 805 744,63
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	3 590 163,16	875 379,09

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio em 2019

Unid.mon.: Eur

Descrição	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe												Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
	Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Ajustam./Outras var. no capital	Resultado líquido do período	Total		
01 de janeiro de 2019	308 500,00	0,00	0,00	0,00	1 385 679,27	24 677 970,01	860 704,00	-2 529 235,07	184 344,14	0,00	2 555 784,31	27 443 746,66		27 443 746,66
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico												0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas												0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												0,00		0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações												0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos												0,00		0,00
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos												0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							2 379 871,07	-329 523,47	-184 344,14		-2 555 784,31	-689 780,85		-689 780,85
	0,00	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2 379 871,07**	**-329 523,47**	**-184 344,14**	**0,00**	**-2 555 784,31**	**-689 780,85**	**0,00**	**-689 780,85**
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											**1 305 156,90**	**1 305 156,90**		**1 305 156,90**
RESULTADO INTEGRAL											**-1 250 627,41**	**-1 250 627,41**		**-1 250 627,41**
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital												0,00		0,00
Realizações de prémios de emissão												0,00		0,00
Distribuições					195 034,69	342 567,35						537 602,04		537 602,04
Entradas para cobertura de perdas												0,00		0,00
Outras operações												0,00		0,00
	0,00	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**195 034,69**	**342 567,35**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**537 602,04**	**0,00**	**537 602,04**
31 de dezembro de 2019	308 500,00	0,00	0,00	0,00	1 580 713,96	25 020 537,36	3 240 575,07	-2 858 758,54	0,00	0,00	1 305 156,90	28 596 724,75	0,00	28 596 724,75

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio em 2020

Unid.mon.: Eur

Descrição	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe												Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
	Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Ajustam./Outras var. no capital	Resultado líquido do período	Total		
01 de janeiro de 2020	308 500,00	0,00	0,00	0,00	1 580 713,96	25 020 537,36	3 240 575,07	-2 858 758,54	0,00	0,00	1 305 156,90	28 596 724,75	0,00	28 596 724,75
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico												0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas												0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												0,00		0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações												0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos												0,00		0,00
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos												0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					48 958,26	189 334,26	-4 225 451,43	4 373 572,86			-1 305 156,90	-918 742,95		-918 742,95
	0,00	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**48 958,26**	**189 334,26**	**-4 225 451,43**	**4 373 572,86**	**0,00**	**0,00**	**-1 305 156,90**	**-918 742,95**	**0,00**	**-918 742,95**
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											**2 889 417,46**	**2 889 417,46**		**2 889 417,46**
RESULTADO INTEGRAL											**1 584 260,56**	**1 584 260,56**		**1 584 260,56**
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital												0,00		0,00
Realizações de prémios de emissão												0,00		0,00
Distribuições												0,00		0,00
Entradas para cobertura de perdas												0,00		0,00
Outras operações	-1 500,00											-1 500,00		-1 500,00
31 de dezembro de 2020	307 000,00	0,00	0,00	0,00	1 629 672,22	25 209 871,62	-984 876,36	1 514 814,32	0,00	0,00	2 889 417,46	30 565 899,26	0,00	30 565 899,26

ANEXO CONSOLIDADO 2020

1. Identificação da entidade e período de relato

A Cooprofar – Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, C.R.L. foi fundada em 1975 e tem a sua sede social na Rua Pedro José Ferreira, 200 – 210 – Gondomar.

As Empresas que fazem parte do grupo têm por objeto: (i) adquirir, armazenar e fornecer aos seus membros todos os artigos que se destinam às farmácias; (ii) montar, adquirir ou tomar posição em laboratórios de análises químico-biológicas e para produção industrial de medicamentos ou outros produtos; e (iii) contratar representações, importações ou agenciamento de medicamentos, produtos químicos, dietéticos, cosméticos e outros, bem como aparelhagem para o sector farmacêutico, para aquisição ou utilização dos seus membros, concorrer para o melhoramento da administração e rentabilidade das farmácias dos seus membros, designadamente pela instalação de centros de cálculo, consultadoria especializada e serviços técnicos comuns, ou seja, de um modo geral desempenhar quaisquer funções de interesse para os seus membros que sejam permitidas pela legislação em vigor.

Em 31 de dezembro de 2020, as Empresas que constituem o Grupo Cooprofar, suas respetivas sedes e abreviaturas utilizadas, são:

Empresas com sede em Portugal	Ramo de Atividade
Cooprofar, CRL Sede: Rua Pedro Jose Ferreira, 200 a 210, São Cosme, Gondomar	Distribuição Farmacêutica.
Medlog – Investimentos e Participações, SGPS, S.A. Sede: Rua Pedro Jose Ferreira, 200 a 210, São Cosme, Gondomar	Gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.
Mercafar – Distribuição Farmacêutica,S.A. Sede: Rua Pedro Jose Ferreira, 200 a 210, São Cosme, Gondomar	Representação, promoção e distribuição de produtos de saúde em farmácias, parafarmácias e espaços saúde
Dismed – Transporte de Mercadorias, S.A. Sede: Rua Pedro Jose Ferreira, 200 a 210, São Cosme, Gondomar	Prestação de serviços de armazenagem, coordenação, organização e realização de transport e de mercadorias por via terrestre, marítima e aérea no espaço nacional e internacional.
Medlog – Logística Farmacêutica, S.A. Sede: Rua Pedro Jose Ferreira, 200 a 210, São Cosme, Gondomar	Operador logístico de produtos farmacêuticos
Medlog 3, Lda. Sede: Rua Pedro Jose Ferreira, 200 a 210, São Cosme, Gondomar	

Empresas com sede em Portugal	Ramo de Atividade
Trans Med, S.A. Sede: Rua Pedro Jose Ferreira, 200 a 210, São Cosme, Gondomar	Prestação de serviços de armazenagem, coordenação, organização e realização de transporte de mercadorias por via terrestre, marítima e aérea no espaço nacional e internacional.
Medlynce – SGPS, S.A. Sede: Rua Consiglieri Pedroso, N 123 2734-501 Barcarena	Gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

Empresas com sede noutros países	
Socifarma - Sociedade Farmacêutica Angolana, S.A. Sede: Rua Presidente Marien N'Gouabi, 45 Maianga Luanda Angola	Distribuição Farmacêutica.
Mecofarma de Angola - Importação e Comercialização de Medicamentos, S.A Sede: Rua Presidente Marien N'Gouabi, 45 Maianga Luanda Angola	Rede de farmácias

Doravante a Cooprofar – Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, C.R.L. e as Empresas que fazem parte do grupo são designadas por Grupo ou Grupo Cooprofar.
As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, sendo esta a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o grupo opera. As operações estrangeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a política descrita na Nota 3.1.d).

Na sede social pode ser obtida cópia das demonstrações financeiras consolidadas.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas da Cooprofar – Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, C.R.L. e foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), em vigor para os exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2020.
As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o princípio do custo histórico e, no caso de alguns instrumentos financeiros, ao justo valor, a partir dos livros e dos registos contabilísticos da empresa.
Foram preparadas segundo o regime do acréscimo e tendo em conta as restantes bases de apresentação previstas no SNC: a consistência na apresentação, a materialidade, a agregação, a compensação e a informação comparativa.
Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de gastos e rendimentos durante o período de reporte. Contudo, todas as estimativas e assunções efetuadas pela Administração foram baseadas no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.
Na preparação e divulgação das presentes demonstrações financeiras não foram derrogadas quaisquer disposições previstas no SNC e respetivas NCRF.
Não existem contas do balanço consolidado ou da demonstração consolidada dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Estas políticas estão de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3.1. Princípios de Consolidação

São os seguintes os princípios de consolidação adotados pelo grupo:

a) Investimentos financeiros em empresas do grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral e detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais, foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, pelo método de consolidação integral. As empresas do Grupo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 6.

Nas concentrações empresariais é seguido o método da compra. Os ativos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como um goodwill. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como ganho nas demonstrações financeiras dos resultados do exercício após reconfirmação do justo valor atribuído.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas com as usadas pelo Grupo. As transações, as margens geradas entre empresas do Grupo, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o grupo exerce uma influência significativa, mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais das Empresas - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição e anualmente ajustadas pelo valor correspondente à participação do grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício, bem como pelos dividendos recebidos e outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como Goodwill. Se essas diferenças forem negativas são registadas como um ganho do período na rubrica da demonstração dos resultados "Outros Rendimentos e Ganhos", após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se confirmem. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, sendo nesses casos registada uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento financeiro nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto que não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

c) Outros investimentos financeiros

As participações financeiras noutras entidades incluem as entidades sobre as quais o Grupo detém um investimento, mas em relação ao qual não exerce controlo, não tem controlo conjunto, nem influência significativa. Estas participações financeiras são registadas pelo método do custo, sempre que o seu justo valor não é possível de determinar com fiabilidade.

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data da demonstração da posição financeira, e os custos e os proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, exceto os edifícios e o sistema KNAPP, são registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida, líquido das respetivas depreciações acumuladas e de perdas por imparidade, conforme está previsto na NCRF 7.

Os edifícios e o sistema KNAPP encontram-se valorizados de acordo com o modelo de revalorização, o qual consiste na escrituração dos bens pelo seu justo valor à data da revalorização, menos qualquer depreciação acumulada e menos quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. São depreciados de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens. Os custos com manutenção e reparações são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

Os aumentos na quantia escriturada de um ativo em resultado do modelo de revalorização são creditados em "Excedentes de revalorização" no capital próprio. As diminuições que compensem aumentos anteriores do mesmo ativo são igualmente levadas aos "Excedentes de revalorização" nos capitais próprios; as restantes diminuições são reconhecidas como gasto do período. Anualmente, a diferença entre a depreciação baseada na quantia escriturada reavaliada do ativo, levada a gastos do período, e a depreciação baseada no custo original do ativo é transferida de "Excedentes de revalorização" para "Resultados transitados".

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que estimam, por contrapartida da rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis" da demonstração dos resultados.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens (ou se anterior, no momento em que se encontram disponíveis para uso), pelo método da linha reta e do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas anuais aplicadas refletem a vida útil estimada dos bens, como segue:

Anos	
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	4 a 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros Ativos Fixos Tangíveis	3

Os valores residuais dos ativos, o método de depreciação e a vida útil estimada são revistos e ajustados, se necessário, na data de balanço. Os impactos são registados em resultados.

Uma parte do montante das depreciações do exercício relativo ao efeito das reavaliações de ativos fixos tangíveis não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria coletável do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC), pelo que 100% das depreciações de exercícios futuros do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis revalorizados e ainda não depreciados não serão aceites para efeitos de determinação da matéria coletável de IRC, tendo a Empresa registado os correspondentes passivos por impostos diferidos.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativo tangível ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são transferidos para ativos fixos tangíveis e depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias. Quando são vendidos bens reavaliados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o Grupo possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

O custo de aquisição de licenças de software é capitalizado e compreende todos os custos incorridos para a aquisição e para colocar o software disponível para utilização. Esses custos são reintegrados durante o período de vida útil estimado.

As despesas de investigação, efetuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

A amortização dos ativos intangíveis é calculada, após o início de utilização dos bens (ou se anterior, no momento em que se encontram disponíveis para uso), pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos / reversões de depreciação e de amortização”. As taxas anuais aplicadas refletem a vida útil estimada dos bens, como segue:

Anos	
Programas de computador	3
Projetos de desenvolvimento	1

3.4. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.5. Inventários

As mercadorias, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando o custo médio como método de custeio.

É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

São excluídos os custos com empréstimos obtidos. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado, deduzido dos gastos variáveis de venda.

3.6. Contas a receber de clientes e outros devedores

As contas a receber de clientes e outros devedores não têm implícitos juros e são reconhecidas inicialmente ao custo histórico, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando a taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a empresa não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber.

3.7. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios e comparticipações recebidos a fundo perdido, para financiamento de ativos fixos tangíveis, são registados, apenas quando existe uma garantia razoável de recebimento, nas rubricas de Capital sendo reconhecidos como ganho na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

Os subsídios relacionados com gastos incorridos são registados como ganho na medida e que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que a empresa já tenha incorrido nos gastos subsidiados e que cumpram com as condições exigidas para a sua concessão.

3.8. Imparidade de ativos

É efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos do Grupo à data de cada demonstração da posição financeira e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qua o ativo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para ativos detidos para alienação), é reconhecida uma perda por imparidade. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Evidência de existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

• a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;

• se verificam atrasos significativos nos pagamentos principais por parte da contraparte; e

• se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para as dívidas a receber, o Grupo utiliza informação histórica e informação dos seus departamentos de controlo de crédito e jurídico, que lhe permitem efetuar uma estimativa dos montantes em imparidade.

No caso dos Inventários, as perdas por imparidade são calculadas com base em indicadores de mercado e em diversos indicadores de rotação dos inventários, os quais são posteriormente revistos e ajustados pelos departamentos responsáveis de forma a garantir que o valor dos inventários não excede o seu valor realizável líquido.

3.9. Capital social

Os títulos de capital são classificados em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

3.10. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação incorridos. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transação) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração de resultados, ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os juros vencidos e não liquidados à data do balanço são classificados na rubrica de “Outras contas a pagar”.

3.11. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado, sempre que seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.12. Fornecedores e Outras Contas a Pagar

As contas a pagar (saldos de fornecedores e outros credores) são responsabilidades assumidas no decurso normal da atividade. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

As contas a pagar classificadas como passivo não corrente, para as quais não exista uma obrigação contratual pelo pagamento de juros, são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

3.13. Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo, e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação.

Os impostos diferidos refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando as diferenças temporárias resultem de Goodwill ou do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não através de operações de concentração empresarial. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

3.14. Especialização de exercícios: gastos e rendimentos

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registados nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” e “Diferimentos”.

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Gerência e Administração das empresas do Grupo.

3.15. Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma prestação de serviços estejam substancialmente resolvidas.

3.15.1. Comercialização, promoção e representação de produtos de saúde

O rédito referente a este segmento é reconhecido quando

i) Quando o produto é entregue e a maioria dos riscos decorrente da sua titularidade são transferidos para o comprador; e

ii) Na data da prestação dos serviços, não existindo obrigações adicionais a cumprir.

O rédito é reconhecido líquido de devoluções, descontos, abatimentos e outros incentivos. A política geral de devoluções do Grupo permite a devolução dos produtos quando for possível a sua devolução aos fornecedores pela totalidade do valor da compra.

Este segmento inclui essencialmente as transações de distribuição dos produtos de saúde dos produtores às farmácias, unidades hospitalares ou outros espaços de saúde, ou destinados a exportação. Os produtos de saúde são adquiridos aos produtores farmacêuticos e recebidos e armazenados nos armazéns de distribuição do Grupo e posteriormente entregues, na mesma condição em que foram recebidos, ao cliente final. Neste segmento estão também incluídas as chamadas "vendas diretas", isto é, as transações que, por razões específicas ao produto, são expedidas dos laboratórios farmacêuticos diretamente para os espaços de saúde, uma vez que a responsabilidade primária por estes produtos pertence ao Grupo.

O rédito é reconhecido de forma integral quando o Grupo é o responsável primário da transação, é detentor da titularidade e posse dos produtos, assume o risco de danificação e obsolescência do stock, tem autonomia na definição do preço e assume o risco de perda no recebimento do valor cobrado e entrega e devolução do produto ao cliente. As transações podem cumprir todas estas condições ou a maioria delas.

3.15.2. Logística farmacêutica

Este segmento incluiu essencialmente as transações relativas aos contratos de logística dos quais resultam obrigações de armazenamento e distribuição de produtos de saúde.

O rédito referente a este segmento é reconhecido quando o produto é entregue e a maioria dos riscos decorrente da sua titularidade são transferidos para o comprador.

O rédito é reconhecido de forma integral porque o Grupo assume o risco de danificação e obsolescência do stock e assume o risco de perda no recebimento do valor cobrado.

3.15.3. Serviços de transporte de produtos de saúde

Este segmento inclui as transações relativas à prestação dos serviços de transporte.

O rédito referente a este segmento é reconhecido na data da prestação dos serviços.

3.15.4. Juros e dividendos

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

3.16. Ativos e Passivos Contingentes

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, sendo os mesmos divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo mas divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas quando é provável a existência de benefício económico futuro.

3.17. Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.

3.18. Classificação de demonstração da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes, sendo igualmente incluídos nestas rubricas os ativos e os passivos por impostos diferidos.

3.19. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações da posição financeira. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como ganhos e perdas na demonstração consolidada dos resultados do período.

3.20. Juízos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes. Também requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da empresa. As áreas envolvendo um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas onde as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão descritas nas notas anexas.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

<u>Ativos fixos tangíveis/estimativas de vidas úteis:</u>

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição, a partir da data em que o ativo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário, em cada data de relato.

<u>Impostos diferidos:</u>

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias e os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para determinação dos impostos diferidos é utilizada a taxa de imposto que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporais são revertidas. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos tendo por base as estimativas futuras de geração de lucro tributável e até ao ponto em que os créditos fiscais detidos podem ser na sua plenitude utilizados durante o período da sua validade. Por este motivo, os impostos diferidos ativos sãorevistos periodicamente e reduzidos sempre que a sua utilização deixe de ser possível.

<u>Imparidade de contas a receber:</u>

Os valores apresentados em 31 de dezembro de 2020 tem por base a melhor estimativa tendo em conta critérios económicos e de risco associados aos respetivos clientes e devedores.

3.21. Política de gestão do risco

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco do Grupo é essencialmente controlada pelo departamento financeiro, de acordo com políticas aprovadas pelos órgãos de gestão do Grupo.

Por risco financeiro, entende-se, a probabilidade de se obterem resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando de forma material e inesperada o valor patrimonial da sociedade.

A gestão dos riscos financeiros – incluindo a sua identificação, avaliação e cobertura – é conduzida pela Direção Financeira, e tem como principal objetivo o controlo dos riscos já existentes e aos quais a sociedade se encontra exposta.

Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando em perdas para o Grupo.

A exposição do Grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. Neste sentido, o Grupo Cooprofar:

(i) Tem implementado processos de gestão de crédito e processos de aprovação de crédito;

(ii) Possui equipa dedicada à gestão do crédito, seu controlo, monitorização e das cobranças;

(iii) Estabelece para todos os seus clientes os limites de crédito;

(iv) Possui uma apólice de seguro de crédito no sentido de adequar e ajustar a sua política comercial em face do nível de cobertura de crédito de cada seu cliente.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados tomando em consideração (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 encontram-se divulgados na Nota 13.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Grupo Cooprofar considera que não existe a necessidade de perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de uma forma resumida, na Nota 13.

O montante relativo a clientes e outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

Risco de taxa de juro

A exposição da sociedade ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de ativos e passivos financeiros, contratados na sua totalidade a taxa variável, sendo que a sua alteração tem um impacto direto no valor dos juros recebidos / pagos, provocando consequentemente variações de caixa.

Os órgãos de gestão do Grupo aprovam os termos e condições dos financiamentos, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixa/variável) e, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro abaixo descrita foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros existentes à data da demonstração da posição financeira. Para os passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

(i) A taxa de juro efetiva é superior em 1 p.p. face à taxa de juro suportada;

(ii) A base utilizada para o cálculo foi o financiamento do Grupo no final do exercício;

(iii) Manutenção dos spreads negociados.

As análises de sensibilidade pressupõem a manipulação de uma variável, mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar relacionadas.

A sensibilidade do Grupo a variações de taxas de juro nos referidos instrumentos financeiros pode ser resumida como se segue (aumentos/diminuições):

		2020	2019
	Variação	Resultados	Resultados
Financiamentos obtidos	+1 p.p.	253 205,28	283 132,41
Financiamentos obtidos	-1 p.p.	-253 205,28	-283 132,41

Variação Resultados		2 020	2 019
Financiamento Final Exercício		25 320 527,99	28 313 241,42
Variação 1 p.p.		253 205,28	283 132,41

Risco taxa de câmbio

O Grupo Cooprofar participa no Capital de duas sociedades que operam, exclusivamente, no mercado Angolano, e como tal encontra-se exposta a Risco Cambial de evolução da cotação do Kwanza. A Empresa não contratou ou subscreveu qualquer instrumento de cobertura de variação cambial.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações nos prazos definidos e a um preço razoável.

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem por objetivo garantir que o Grupo Cooprofar possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades comerciais, implementar a sua estratégia e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando estas são devidas.

Com este propósito a gestão de liquidez compreende os seguintes aspetos:

(i) Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash-flows de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);

(ii) Diversificação das fontes de financiamento;

(iii) Diversificação das maturidades da divida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo de amortização de divida;

(iv) Contratação de linhas de crédito de curto prazo, contratos de factoring, Leasing mobiliário, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis de liquidez e de gastos financeiros suportados.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada na Nota 18, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Grupo apresenta um endividamento líquido de 22.051.273,64 euros e 27.437.862,33 euros, respetivamente, divididos entre empréstimos correntes e não correntes (Nota 18) e caixa e depósito bancários (Nota 4) contratados junto de diversas instituições.

Outros riscos

Ainda em consequência da localização geográfica referida, a prestação de contas pelas sociedades angolanas (Socifarma S.A. e Mecofarma S.A.) é um processo moroso.

4. Fluxos de Caixa

A 31 de dezembro de 2020, todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso, com exceção dos depósitos a prazo constituídos como colateral de garantias contratadas para apresentação, nos concursos públicos portugueses, nos concursos de cabo verde e ainda no âmbito do COMPETE 2020.
Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem e a prazo em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com cotação, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.
Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2020	2019
Caixa	17 373,89	2 547,13
Depósitos à ordem	3 219 880,46	872 831,96
Depósitos a prazo	352 908,81	0,00
	3 590 163,16	875 379,09

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2029 e 31 dezembro de 2019, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

6. Empresas do grupo incluídas na consolidação

As Empresas do Grupo incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral e a respetiva proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2020 e 2019, são como se segue:

	2020	2019	
Empresa	Participação %	Participação %	Método de Consolidação
Cooprofar, C.R.L.	**Empresa - mãe**	**Empresa - mãe**	**Empresa - mãe**
Medlog – Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	100%	100%	Integral
Mercafar – Distribuição Farmacêutica,S.A.	100%	100%	Integral
Dismed – Transporte de Mercadorias, S.A	100%	100%	Integral
Medlog – Logística Farmacêutica, S.A.	100%	100%	Integral
Medlog 3, Lda.	100%	100%	Integral
Trans Med, S.A.	100%	100%	Integral
Medlynce – SGPS, S.A.	31,25%	31,25%	M.E.P.

7. Ativos fixos tangíveis

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:

01 de janeiro de 2019	Terrenos e recur. naturais	Edif. e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Total
Valor de aquisição ou reavaliado liquido de imparidades	**3 527 311,55**	**11 067 371,01**	1 110 741,81	2 473 707,84	2 089 198,04	7 195 840,57	58 000,00	**27 522 170,82**
Depreciação acumulada	0,00	-8 436 778,59	-1 046 720,19	-2 084 306,44	-1 798 360,19	-6 429 054,84	0,00	**-19 795 220,25**
Valor liquido inicial	**3 527 311,55**	**2 630 592,42**	**64 021,62**	**389 401,40**	**290 837,85**	**766 785,73**	**58 000,00**	**7 726 950,57**
Movimentos de 2019								
Aquisições	0,00	63 990,00	8 850,60	545 288,22	48 010,05	9 641,60	675 000,00	**1 350 780,47**
Alienações	0,00	0,00	0,00	-411 491,64	-1 621,00	0,00	0,00	**-413 112,64**
Transferências/abates valor aquisição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Transferências/abates depreciações acumuladas	0,00	0,00	0,00	380 672,76	1 621,00	0,00	0,00	**382 293,76**
Depreciação do exercício	0,00	-864 545,30	-13 619,43	-398 170,37	-106 252,39	-359 036,68	0,00	**-1 741 624,17**
Valor liquido final	**0,00**	**-800 555,30**	**-4 768,83**	**116 298,97**	**-58 242,34**	**-349 395,08**	**675 000,00**	**-421 662,58**
31 de dezembro de 2019								
Valor de aquisição ou reavaliado liquido de imparidades	3 527 311,55	11 131 361,01	1 119 592,41	2 607 504,42	2 135 587,09	7 205 482,17	733 000,00	**28 459 838,65**
Depreciação acumulada	0,00	-9 301 323,89	-1 060 339,62	-2 101 804,05	-1 902 991,58	-6 788 091,52	0,00	**-21 154 550,66**
Valor liquido final	**3 527 311,55**	**1 830 037,12**	**59 252,79**	**505 700,37**	**232 595,51**	**417 390,65**	**733 000,00**	**7 305 287,99**

01 de janeiro de 2020	Terrenos e recur. naturais	Edif. e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Total
Valor de aquisição ou reavaliado liquido de imparidades	**3 527 311,54**	**11 131 361,01**	1 119 592,41	2 627 459,29	2 137 208,09	7 205 482,17	733 000,00	**28 481 414,51**
Depreciação acumulada	0,00	-9 299 704,05	-1 059 981,26	-2 119 635,67	-1 904 612,58	-6 792 192,96	0,00	**-21 176 126,52**
Valor liquido inicial	**3 527 311,54**	**1 831 656,96**	**59 611,15**	**507 823,62**	**232 595,51**	**413 289,21**	**733 000,00**	**7 305 287,99**
Movimentos de 2020								
Aquisições	0,00	0,00	69 112,45	144 144,91	159 937,29	157 548,99	2 053 830,52	**2 584 574,16**
Alienações	0,00	0,00	0,00	-591 618,14	-4 931,22	0,00	0,00	**-596 549,36**
Transferências/abates valor aquisição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Transferências/abates depreciações acumuladas	0,00	0,00	0,00	591 618,14	4 931,22	0,00	0,00	**596 549,36**
Depreciação do exercício	0,00	-822 561,23	-25 609,11	-296 430,64	-159 213,48	-455 434,97	0,00	**-1 759 249,43**
Valor liquido final	**0,00**	**-822 561,23**	**43 503,34**	**-152 285,73**	**723,81**	**-297 885,98**	**2 053 830,52**	**825 324,73**
31 de dezembro de 2020								
Valor de aquisição ou reavaliado liquido de imparidades	3 527 311,54	11 131 361,01	1 188 704,86	2 179 986,06	2 292 214,16	7 363 031,16	2 786 830,52	**30 469 439,31**
Depreciação acumulada	0,00	-10 122 265,28	-1 085 590,37	-1 824 448,17	-2 058 894,84	-7 247 627,93	0,00	**-22 338 826,59**
Valor liquido final	**3 527 311,54**	**1 009 095,73**	**103 114,49**	**355 537,89**	**233 319,32**	**115 403,23**	**2 786 830,52**	**8 130 612,72**

As principais variações ocorridas durante o exercício são referentes à alienação e aquisição de viaturas para renovação de frota das empresas de transporte do grupo, aquisição de equipamentos para a operação logística e renovação de material informático, nomeadamente computadores, e a instalação em curso de um OSR nas instalações de Gondomar..
Para os itens do ativo fixo tangível expressos por quantias revalorizadas, o valor da revalorização que é objeto de divulgação foi determinado no final do exercício de 2013 por uma entidade externa especializada, American Appraisal Iberia, que recorreu ao método do custo para determinação do valor razoável dos bens e atendendo ao seu uso continuado. Esse ano e fruto desse relatório, decidiu-se que os edifícios sitos em Gondomar, São Cosme, e em Alcochete, viriam a ter uma reintegração extraordinária.
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os movimentos ocorridos nos excedentes de revalorização no capital próprio foram os seguintes:

01 de janeiro de 2019	Aumento por revalorização	Imposto Diferido Passivo	Redução por realização	31 de dezembro de 2019
184 344,14	0,00	0,00	-184 344,14	**0,00**

01 de janeiro de 2020	Aumento por revalorização	Imposto Diferido Passivo	Redução por realização	31 de dezembro de 2020
0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**

A 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a quantia escriturada no balanço que teria de ser reconhecida se os ativos fixos tangíveis não tivessem sido revalorizados era a seguinte:

31 de dezembro de 2019	Edif. e outras construções	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios
Valor de aquisição	9 361 926,52	0,00	4 541 114,41
Depreciação acumulada	-7 165 431,69	0,00	-4 541 114,41
Valor líquido inicial	**2 196 494,83**	**0,00**	**0,00**

31 de dezembro de 2020	Edifícios e outras construções	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios
Valor de aquisição	9 361 926,52	0,00	4 541 114,41
Depreciação acumulada	-7 987 992,92	0,00	-4 541 114,41
Valor líquido inicial	**1 373 933,60**	**0,00**	**0,00**

Em 31 de dezembro de 2020, os edifícios situados em Alcochete e Gondomar encontram-se penhorados ou hipotecados a instituições financeiras como garantia de empréstimos obtidos pelo Grupo.

8. Ativos Intangíveis

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

01 de janeiro de 2019	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Valor de aquisição ou reavaliado liquido de imparidades	1 032 956,95	604 721,44	118 007,51	80 000,00	69 800,00	**1 905 485,90**
Amortização acumulada	-1 032 956,95	-596 606,05	-118 007,51	0,00	-68 000,00	**-1 815 570,51**
Valor líquido inicial	**0,00**	**8 115,39**	**0,00**	**80 000,00**	**1 800,00**	**89 915,39**
Movimentos de 2019						
Aquisições	12 200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**12 200,00**
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Transferências/abates valor aquisição	1 800,00	0,00	0,00	0,00	-1 800,00	**0,00**
Transferências/abates amortização acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Amortização do exercício	-14 000,00	-4 057,71	0,00	0,00	0,00	**-18 057,71**
Valor líquido final	**0,00**	**-4 057,71**	**0,00**	**0,00**	**-1 800,00**	**-5 857,71**
31 de dezembro de 2019						
Valor de aquisição ou reavaliado liquido de imparidades	1 046 956,95	604 721,44	118 007,51	80 000,00	68 000,00	**1 917 685,90**
Amortização acumulada	-1 046 956,95	-600 663,76	-118 007,51	0,00	-68 000,00	**-1 833 628,22**
Valor líquido final	**0,00**	**4 057,68**	**0,00**	**80 000,00**	**0,00**	**84 057,68**

01 de janeiro de 2020	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Valor de aquisição ou reavaliado liquido de imparidades	1 032 956,95	604 721,44	118 007,51	80 000,00	69 800,00	**1 905 485,90**
Amortização acumulada	-1 032 956,95	-600 663,76	-118 007,51	0,00	-68 000,00	**-1 819 628,22**
Valor líquido inicial	**0,00**	**4 057,68**	**0,00**	**80 000,00**	**1 800,00**	**85 857,68**
Movimentos de 2020						
Aquisições	12 200,00	3 000,00	0,00	0,00	0,00	**15 200,00**
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Transferências/abates valor aquisição	1 800,00	0,00	0,00	0,00	-1 800,00	**0,00**
Transferências/abates amortização acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Amortização do exercício	-14 000,00	-5 057,71	0,00	0,00	0,00	**-19 057,71**
Valor líquido final	**0,00**	**-2 057,71**	**0,00**	**0,00**	**-1 800,00**	**-3 857,71**
31 de dezembro de 2020						
Valor de aquisição ou reavaliado liquido de imparidades	1 046 956,95	607 721,44	118 007,51	80 000,00	68 000,00	**1 920 685,90**
Amortização acumulada	-1 046 956,95	-605 721,47	-118 007,51	0,00	-68 000,00	**-1 838 685,93**
Valor líquido final	**0,00**	**1 999,97**	**0,00**	**80 000,00**	**0,00**	**81 999,97**

As variações da rúbrica face ao período anterior resultam essencialmente de estudos para desenvolvimentos e melhorias na área dos recursos humanos e na área de logística.

9. Locações

Em 31 de dezembro de 2020, a empresa mantinha responsabilidades como locatária, relativas a rendas vincendas de contratos de locação financeira relativos a viaturas ligeiras de mercadorias, e equipamento Informático no montante de 553.460,23 euros (2019: 764.052,92 euros), as quais se encontram incluídas na rubrica “Financiamentos Obtidos” (Nota 18).
Os termos dos atuais contratos em vigor não incluem cláusulas relativas a pagamentos de rendas contingentes.

10. Participações financeiras e outros investimentos

10.1. Participações em associadas

Os movimentos ocorridos nos valores destas participações financeiras durante os exercícios de 2020 e 2019 podem ser resumidos da seguinte forma:

Rúbrica — *Participações financeiras - Método da equivalência patrimonial*

Empresa	% Participação Efetiva	2020	2019	Método de Contabilização
Medlynce – SGPS, S.A.	31,25%	3 674 536,53	3 784 775,50	M.E.P.
		3 674 536,53	3 784 775,50	

À data de elaboração do presente anexo, as contas da nossa participada **Medlynce, SGPS, S.A.**, ainda não se encontram certificadas, aguardando o relatório final da auditoria, que ocorrerá, ainda durante o mês de maio. Assim, e esperando a qualquer momento a sua finalização, foi estimado o MEP com as contas finais das suas subsidiarias: Mecofarma e Socifarma. Importa-nos neste ponto referir que a exemplo de anos anteriores, esperamos que este ano se mantenha a demonstrada fiabilidade das demonstrações financeiras das subsidiárias.

10.2. Participações financeiras – outros métodos

Rúbrica — *Participações financeiras - Outros métodos*

Empresa	% Participação Efetiva	2020	2019	Método de Consolidação
Norgarante	n / d	17 500,00	17 500,00	Custo de Aquisição
Lisgarante	n / d	8 000,00	8 000,00	Custo de Aquisição
Garval	n / d	0,00	0,00	Custo de Aquisição
CEMG	n / d	0,00	0,00	Custo de Aquisição
INEGI	n / d	25 000,00	25 000,00	Custo de Aquisição
		50 500,00	50 500,00	

11. Impostos diferidos

O detalhe dos montantes e natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e 2019, podem ser resumidos como se segue:

Impostos diferidos ativos

Rúbrica — *Ativos por impostos diferidos*

	Reporte de Prejuízos Fiscais	Prov. e Ajust. não aceites como custo fiscal	Outros	Total
01 de janeiro de 2019	**181 095,05**	**0,00**	**0,00**	**181 095,05**
Impacto na Demonstração de Resultados	-181 095,05	0,00	0,00	**-181 095,05**
Impacto no Capital Próprio		0,00	0,00	**0,00**
31 de dezembro de 2019	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Impacto na Demonstração de Resultados	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Impacto no Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	**0,00**
31 de dezembro de 2020	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais obtidos em Portugal o período de reporte de prejuízos fiscais para os exercícios ainda em aberto, é como segue:
i) Prejuízos fiscais gerados em 2012 e 2013: 5 anos
ii) Prejuízos fiscais gerados em 2014: 12 anos
iii) Prejuízos fiscais gerados em 2015: 12 anos
A partir de 2012 (inclusive) a dedução de prejuízos fiscais reportados, apurados em exercícios anteriores ou em curso (i.e., compreende todos prejuízos reportados identificados nas alíneas i), ii) e iii) acima) está limitada a 75% do lucro tributável apurado em cada exercício e a partir de 2014 (inclusive) está limitada a 70% do lucro tributável apurado em cada exercício.

Esta situação obriga à avaliação anual do montante de imposto diferido passível de ser recuperado nos prazos acima indicados.

Impostos diferidos passivos

Rúbrica — *Passivos por impostos diferidos*

	Revalorização do AFT	Deprec. não aceites como custo fiscal	Outros	Total
01 de janeiro de 2019	**176 457,05**	**0,00**	**0,00**	**176 457,05**
Impacto na Demonstração de Resultados	-85 094,25	0,00	0,00	**-85 094,25**
Impacto no Capital Próprio		0,00	0,00	**0,00**
31 de dezembro de 2019	**91 362,80**	**0,00**	**0,00**	**91 362,80**
Impacto na Demonstração de Resultados	-76 631,27	0,00	0,00	**-76 631,27**
Impacto no Capital Próprio		0,00	0,00	**0,00**
31 de dezembro de 2020	**14 731,53**	**0,00**	**0,00**	**14 731,53**

Os impostos diferidos passivos são relativos à revalorização dos ativos fixos tangíveis, estando relacionados com itens do capital próprio.
Excluindo a Empresa-mãe (pela sua natureza societária), as restantes empresas do Grupo são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS") previsto nos artigos 69º e 70º do Código do IRC.

No exercício fiscal de 2020, as empresas do grupo encontram-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa normal de 21%, acrescida de derrama municipal à taxa máxima de 1,5% incidente sobre o lucro tributável.

Adicionalmente, sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros sujeito e não isento de IRC incidem as seguintes taxas de derrama estadual: 3% sobre a parte superior a 1.500.000 euros e inferior a 7.500.000 euros; 5% sobre a parte superior a 7.500.000 euros e até 35.000.000 euros; e 9% que incide sobre a parte do lucro tributável que exceda 35.000.000 euros.

Nos termos do artigo 88.º do Código do IRC as empresas do grupo encontram-se, adicionalmente, sujeitas a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no referenciado normativo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais das empresas sediadas em Portugal estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de 4 anos (5 anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais do Grupo dos anos de 2017 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Administração do Grupo entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

A taxa de IRC em vigor para 2020 é de 21%.

12. Inventários

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2020	2019
Mercadorias	32 249 908,49	35 139 460,21
Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	0,00	0,00
Produtos Acabados e em Curso de Fabrico	0,00	0,00
Perdas por imparidade acumuladas em inventários	0,00	0,00
	32 249 908,49	**35 139 460,21**

A demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no período findo a 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como se segue:

CMV	2020	2019
Inventários Iniciais	35 139 460,21	31 597 574,89
Compras de mercadorias	364 798 841,06	356 712 261,53
Perdas em Inventários	-473 657,75	-756 576,55
Ganhos em Inventários	1 453,21	10 887,05
Inventários Finais	32 249 908,49	35 139 460,21
	367 216 188,24	**352 424 686,71**

13. Clientes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2020	2019
Clientes - conta corrente	39 564 978,97	46 027 259,05
Clientes - créditos cedidos	0,00	0,00
Clientes - partes relacionadas	0,00	2 502 461,26
Clientes cobrança duvidosa	6 608 180,17	6 186 203,09
Perdas por imparidade acumuladas em clientes	-6 605 595,75	-6 166 263,51
	39 567 563,39	**48 549 659,89**

Os movimentos ocorridos no período em Perdas por Imparidade foram os seguintes:

01 de janeiro de 2019	Aumento	Diminuições	Utilização	31 de dezembro de 2019
9 414 947,87	770 834,03	-774 047,01	-3 245 471,38	6 166 263,51

01 de janeiro de 2020	Aumento	Diminuições	Utilização	31 de dezembro de 2020
6 166 263,51	638 999,31	-201 253,14	1 586,07	6 605 595,75

Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade que foram estimadas pelo Grupo de acordo com a política contabilística adotada e divulgada bem como na avaliação da sua conjuntura e envolvente económica na data de demonstração da posição financeira.

A Cooperativa detém ainda inúmeras Garantias (tais como 1º e 2º Penhor de Alvarás e estabelecimentos de farmácia e Hipotecas sobre Imoveis) de forma a minimizar o risco de crédito. No entanto estas medidas apenas garantem o crédito e não são tidas em conta na nossa política de concessão de crédito.

Os montantes de saldos dos clientes inscritos no ativo não estão influenciados por adiantamentos efetuados por conta de serviços/mercadorias a adquirir, os quais são apresentados no passivo na rubrica de "Outras contas a pagar (adiantamento de clientes)".

14. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica "Estado e Outros Entes Públicos" pode ser detalhada como se segue:

Rúbrica	*Ativo Corrente - Estado e outros entes públicos*	
	2020	**2019**
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC	509 406,19	144 402,19
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS	6 967,15	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA	1 211 149,04	1 349 958,52
Segurança Social	984,55	938,73
Outros Impostos e Taxas	1 107 017,39	1 107 017,39
	2 835 524,32	2 602 316,83

Rúbrica	*Passivo Corrente - Estado e outros entes públicos*	
	2020	**2019**
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC	847 179,44	643 906,68
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS	97 500,20	59 872,47
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA	120 717,27	470 357,14
Segurança Social	79 900,50	123 216,66
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
	1 145 297,41	**1 297 352,95**

Informa-se que a empresa não tem dívidas em mora:

• à Segurança Social, nos termos do artigo 210º do Código dos Regimes contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

• ao Estado, nos termos da Lei.

A rubrica Outros Impostos e Taxas refere-se a imposto do selo liquidado pela Autoridade Tributária e Aduaneira por discordância quanto ao tratamento dado pela empresa relativamente àquele imposto incidente sobre o valor da emissão de letras de câmbio. Tal montante, que se refere aos exercícios de 2006, 2007 e 2008, foi regularizado pela empresa mas impugnado judicialmente por discordância com aquela Autoridade.

A opinião do consultor jurídico quanto ao desfecho dos processos é de que a posição do Grupo Cooprofar acabará por assumir vencimento, mesmo que recorrendo a instâncias judiciais superiores.

15. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Rúbrica	*Ativo Corrente - Outras contas a receber*	
	2020	**2019**
Adiantamento a fornecedores	0,00	0,00
Pessoal	310 356,96	270 575,14
Juros a receber	0,00	0,00
Acréscimos de Rendimentos	1 828 469,14	1 688 298,52
Devedores Diversos	0,00	0,00
Outras contas a receber	2 511 066,52	1 339 195,04
	4 649 892,62	**3 298 068,70**

Os montantes contabilizados a 31 de dezembro de 2020 e 2019 são referentes essencialmente a empréstimos e ainda a acertos de serviços prestados no negócio "comércio internacional" e a devedores de pequenos montantes.

16. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Rúbrica	*Ativo Corrente - Diferimentos*	
	2020	**2019**
Seguros a reconhecer	25 551,20	264 661,35
Outros gastos a reconhecer	663 885,02	464 943,14
	689 436,22	**729 604,49**

Rúbrica	*Passivo Corrente - Diferimentos*	
	2020	**2019**
Seguros a reconhecer	0,00	8,21
Subsídios do governo	0,00	0,00
Outros rendimentos a Reconhecer	0,00	0,00
	0,00	**8,21**

O Grupo reconhece os gastos de acordo com a especialização económica dos mesmos, independentemente do seu pagamento. No final de cada período são diferidos, nesta rubrica, despesas já pagas mas que apenas devem afetar economicamente o(s) período(s) seguinte(s).

17. Capital próprio

O Capital social é de 307.000 euros, encontrando-se totalmente realizado.

É constituído por títulos nominativos de 5€ cada um. No início do período o capital era composto por 61.700 títulos; e no fim por 61.400 títulos.

O detalhe dos movimentos em capitais próprios encontra-se apresentado na Demonstração das Alterações dos Capitais Próprios.

Dividendos

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Sócios não foi pago, neste exercício, nenhum valor referente a dividendos.

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual de cada sociedade, apurado nas suas contas individuais, tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Excedentes de revalorização

As reservas de revalorização dizem respeito ao montante da reserva de revalorização de ativos fixos tangíveis, líquido de impostos diferidos.

Ficaram totalmente realizados em 2019.

Outras reservas

As reservas disponíveis para distribuição aos sócios são apuradas com base nas Demonstrações Financeiras individuais da Empresa-mãe.

Ajustamentos em ativos financeiros

Refletem os ajustamentos decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP).

Em 2020 foram transferidos e parqueados na devida subconta os lucros não atribuídos pela participada Medlynce, SGPS S.A. no âmbito do MEP, que estavam incluídos em Resultados transitados no valor de 4.648.832,13€.

18. Financiamentos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe da rubrica "Financiamentos Obtidos" foi como se segue:

	2020			2019		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos bancários	2 372 812,15	15 191 387,96	17 564 200,11	6 466 156,38	7 890 534,57	14 356 690,95
Descobertos bancários	3 688 826,18	850 615,98	4 539 442,16	2 743 824,80	0,00	2 743 824,80
Contas Caucionadas	416 098,52	0,00	416 098,52	5 125 000,00	3 375 000,00	8 500 000,00
Factoring	325 833,02	0,00	325 833,02	-43 514,08	0,00	-43 514,08
Locações financeiras	377 106,11	176 354,12	553 460,23	302 225,66	461 866,86	764 092,52
Letras de clientes descontadas	1 921 493,95	0,00	1 921 493,95	1 992 147,23	0,00	1 992 147,23
	9 102 169,93	**16 218 358,06**	**25 320 527,99**	**16 585 839,99**	**11 727 401,43**	**28 313 241,42**

Em 31 de Dezembro de 2020 o grupo apresenta um endividamento de curto prazo de 9.102.169,93 euros para o qual não existe expetativa de que se venha a entrar em incumprimento.

A 31 de dezembro de 2020, a maturidade dos financiamentos obtidos não correntes é a seguinte:

Anos	2020	2019
]1-5] anos	16 218 358,06	11 727 401,43
+ 5 anos	0,00	0,00
	16 218 358,06	**11 727 401,43**

19. Acionistas / Sócios

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Ativo Corrente - Acionistas / Sócios
Ativo Não Corrente - Acionistas / Sócios

	2020		2019	
Ativo	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Socios				195 270,34
	0,00	**0,00**	**0,00**	**195 270,34**

Passivo Corrente - Acionistas / Sócios
Passivo Não Corrente - Acionistas / Sócios

	2020		2019	
Passivo	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Sócios		185 555,83	185 555,83	
	0,00	**185 555,83**	**185 555,83**	**0,00**

20. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores, que se vencem todos no curto prazo.

	2020	2019
Fornecedores conta-corrente	34.485.016,81	40.781.452,85
Fornecedores títulos	0,00	0,00
	34.485.016,81	**40.781.452,85**

21. Outras Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2020	2019
Pessoal	0,00	5 166,00
Adiantamento de clientes	0,00	0,00
Fornecedores de Investimento	22 998,00	407 608,26
Remunerações a liquidar	929 186,83	882 972,44
Benefício após emprego	0,00	0,00
Acréscimos de gastos	1 884 920,84	1 252 714,69
Rappel a liquidar	71 158,38	118 937,41
Juros a pagar	0,00	0,00
Credores por subscrições não liberadas	0,00	0,00
Credores Diversos	1 647 784,54	757 265,77
	4 556 048,59	**3 424 664,57**

Os montantes contabilizados a 31 de dezembro de 2020 e 2019 são referentes essencialmente a remunerações a liquidar, aos acertos de serviços prestados no âmbito do comércio internacional com os nossos clientes – Industria farmacêutica, a descontos financeiros a conceder a clientes, a fornecedores de imobilizado e diversos fornecedores de serviços regulares, que o Grupo adquire mensalmente.

22. Vendas e prestações de serviços

O detalhe das vendas e prestações de serviços por produto, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foi como se segue:

	2020	2019
Vendas de mercadorias - Mercado Nacional	368 832 526,36	356 674 847,96
Vendas de mercadorias - Mercado Intracomunitário	16 248 004,97	10 046 371,43
Vendas de mercadorias - Outros Mercados	9 144 716,01	11 818 975,30
Prestação de serviços - Mercado Nacional	3 272 537,98	3 186 666,16
Prestação de serviços - Outros Mercados	0,00	46 454,14
	397 497 785,32	**381 773 314,99**

A variação desta rúbrica face ao período homólogo está relacionada com o aumento de vendas, devido à pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2 e ao desbloqueio das encomendas de exportação.

23. Subsídios governamentais e de outras entidades públicas

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Foram recebidos subsídios à exploração no exercício, e reconhecidos na demonstração dos resultados (cta 75 – subsídios à exploração) no valor de 19.939,70 euros (ano de 2019 : 18.940,86 euros, foram de âmbito ao apoio à formação profissional.

A empresa cumpriu e cumpre todos requisitos legais e contributivos necessários á atribuição dos subsídios.

24. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos” tem a seguinte composição:

	2020	2019
Subcontratos	3 553 688,13	4 155 734,29
Trabalhos Especializados	650 506,10	691 760,71
Publicidade e Propaganda	7 116,88	56 275,22
Vigilância e Segurança	192 734,00	197 745,35
Honorários	76 824,40	91 040,16
Conservação e Reparação	858 809,58	850 953,40
Materiais	217 111,85	263 015,16
Energia e Fluídos	908 932,09	1 125 705,93
Deslocações, Estadas	415 311,29	412 862,58
Transportes	874 193,25	711 873,12
Rendas e alugueres	296 977,95	407 661,06
Comunicação	69 117,74	103 785,21
Seguros	707 394,24	764 770,15
Contencioso e notariado	15 672,22	12 214,43
Despesas de Representação	29 513,79	56 743,29
Limpeza, Higiene e conforto	176 685,35	155 933,88
Royalties	0,00	0,00
Outros Serviços	8 929,07	9 189,90
	9 059 517,93	**10 067 263,84**

As variações nas rubricas de fornecimentos e serviços externos derivam essencialmente da racionalização operacional provocada pelo surto epidemiológico da Covid 19. Com significativo menor gasto nas rubricas relacionadas com as entregas.

25. Gastos com o pessoal

Os gastos com pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são detalhados como se segue:

	2020	2019
Remunerações dos orgãos sociais	155 740,00	155 597,50
Remunerações do pessoal	5 273 975,56	5 219 093,73
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	1 101 482,31	1 132 554,73
Seguros acidente trabalho	638,38	592,75
Gastos de ação social	255 457,67	259 948,86
Outros gastos com pessoal	219 484,73	275 638,94
	7 006 778,65	**7 043 426,51**

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o número médio de pessoal ao serviço do Grupo foi 279 e 311, respetivamente.

As variações mais significativas são o resultado, essencialmente, de uma alteração legislativa que onerou as horas extras com o pessoal operacional. E ainda o excesso de carga horaria necessário para fazer face ao fluxo de encomendas nos meses de fevereiro e março.

26. Outros rendimentos e ganhos / Outros gastos e perdas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as rubricas “Outros rendimentos e ganhos” e “Outros gastos e perdas” tem a seguinte composição:

Rúbrica — *Outros rendimentos e ganhos*

	2020	2019
Proveitos Suplementares	20 217,35	1 260,52
Descontos p.p. obtidos	2 731 141,00	2 741 900,14
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em Inventários	1 453,21	10 887,05
Ganhos em alienações de Ativos Fixos Tangíveis / Ativos Intangíveis	0,00	0,00
Rendimentos e Ganhos em Inv. Não Financeiros	53 147,70	16 951,22
Correções Relativas Períodos Anteriores	925,25	7 703,86
Excesso de Estimativa para Impostos	0,00	0,00
Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	92 329,01	-7 776,33
	2 899 213,52	**2 770 926,46**

Rúbrica — *Outros gastos e perdas*

	2020	2019
Impostos	30 213,79	32 131,17
Descontos p.p. concedidos	9 523 821,93	9 505 655,86
Dívidas Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em Inventários	473 657,75	756 576,55
Gastos e Perdas em Inv. Não Financeiros	1 689,41	8 304,49
Correções Relativas Períodos Anteriores	247 102,10	0,00
Donativos	35 237,02	27 219,17
Quotizações	120,00	120,00
Insuficiência da estimativa para impostos	0,00	0,00
Outros gastos e perdas	92 844,98	65 963,79
	10 404 686,98	**10 395 971,03**

As variações mais significativas tiveram origem nos seguintes factos: diminuição das perdas em inventários e uma correção a gastos não considerados não correntes.

27. Locações Operacionais

À data de 31 de dezembro de 2020, o grupo mantinha contratos considerados como locação operacional relativos aos armazéns da Guarda e Aveiro e ao software SAP.

Os pagamentos realizados ao abrigo destes contratos foram reconhecidos como gastos no período na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos – Rendas e Alugueres (Nota 23) e encontram-se detalhados de seguida:

Gastos	2020	2019
Pagamentos mínimos	130.533,48	130.533,48
Rendas contingentes		0,00
	130,533,48	**130.533,48**

28. Gastos / Rendimentos financeiros líquidos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os resultados financeiros têm a seguinte composição:

Rúbrica	*Juros e gastos similares suportados*	
	2020	**2019**
Juros suportados de financiamentos obtidos	1 078 412,52	1 140 742,89
Outros gastos e perdas relativos a financiamentos	327 329,10	264 008,57
	1 405 741,62	**1 404 751,46**

Rúbrica	*Juros e rendimentos similares obtidos*	
	2020	**2019**
Juros Obtidos	329 072,46	301 563,68
Recuperação de encargos financeiros	43 901,06	48 264,65
Outros proveitos e ganhos relativos a financiamentos	0,00	0,00
	372 973,52	**349 828,33**

As variações nestas rubricas decorrem essencialmente da diminuição das necessidades de financiamento ao longo do ano.

29. Imposto sobre o rendimento

Em 31 de dezembro de 2020 o gasto de impostos detalha-se da seguinte forma:

Rúbrica	*Imposto sobre rendimento do período*	
	2020	**2019**
Imposto Corrente	847 179,44	574 045,75
Imposto Diferido	-76 631,27	30 031,35
	770 548,17	**604 077,10**

Reconciliação de Imposto

	2020			2019		
	Base	**Taxa**	**Imposto**	**Base**	**Taxa**	**Imposto**
Resultado Antes de Imposto	4 555 706,85	21%	956 698,44	1 909 234,00	21%	400 939,14
Diferenças permanentes						
Efeito MEP	-1 060 761,52	21%	-222 759,92	-1 557 179,79	21%	-327 007,76
Beneficios fiscais à materia coletável	0,00	21%	0,00		21%	0,00
Beneficios fiscais à coleta	0,00	21%	0,00		21%	0,00
Ajustamentos e perdas por imparidade não aceites fiscalmente	0,00	21%	0,00		21%	0,00
Ajustamentos - gastos diversos não aceites fiscalmente	939 505,29	21%	197 296,11	873 393,76	21%	183 412,69
Outros	-7 630,08	21%	-1 602,32	1 524 799,23	21%	320 207,84
Derrama municipal			49 228,89			41 188,49
Derrama estadual			0,00			0,00
Tributação autónoma			44 701,62			56 871,75
Insuficiência/(excesso) de estimativa de imposto relativa a anos anteriores				0,00	21%	0,00
Impostos diferidos ativos			0,00			
Reconhecidos em relação a diferenças temporárias de períodos anteriores			-76 631,27			0,00
Não reconhecidos sobre diferenças temporárias do período						0,00
Não recuperados/aproveitados						0,00
Impostos diferidos passivos						
Impacto pela revisão da taxa legal						0,00
Outros			-176 383,38			-71 535,05
Gastos/rendimentos de impostos			**770 548,17**			**604 077,10**

O gasto de impostos sobre lucros difere do montante teórico que resultaria da aplicação da taxa nominal ao resultado antes de impostos.

30. Entidades relacionadas

Os saldos e transações entre a Empresa-mãe e as suas subsidiárias, que são entidades relacionadas da Empresa-mãe, foram eliminados no processo de consolidação, pelo que não serão divulgadas nesta Nota.

31. Ativos e Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os ativos e passivos financeiros detalham-se como se segue:

Ativos Financeiros	Categoria	Método de Valorização	2020	2019
Outros ativos financeiros	Outros ativos financeiros	Custo amortizado	1 073 848,81	271 253,00
Clientes	Clientes	Custo amortizado	39 567 563,39	48 549 659,89
Acionistas / Sócios	Contas a Receber	Custo amortizado	0,00	0,00
Outras contas a receber	Contas a Receber	Custo amortizado	4 649 892,62	3 298 068,70
Caixa e equivalentes de caixa	Outros ativos financeiros	Custo amortizado	3 269 254,35	875 379,09
		Total ativos financeiros	**48 560 559,17**	**52 994 360,68**

Passivos Financeiros	Categoria	Método de Valorização	2020	2019
Financiamentos obtidos	Empréstimos	Custo amortizado	23 399 034,04	26 321 094,19
Fornecedores	Contas a Pagar	Custo amortizado	34 485 016,81	40 781 452,85
Acionistas / Sócios	Contas a Pagar	Custo amortizado	185 555,83	185 555,83
Outras contas a pagar	Contas a Pagar	Custo amortizado	4 556 048,59	3 424 664,57
		Total passivos financeiros	**62 625 655,27**	**70 712 767,44**

32. Ativos e Passivos Contingentes

A empresa não possui passivos contingentes respeitantes a garantias bancárias e de outra natureza e outras contingências relacionadas com o seu negócio.

33. Eventos subsequentes

Não ocorreram factos relevantes após a data de reporte das contas para alem do já abordado tema da pandemia provocada pelo coronavírus. Como referido no relatório de gestão, apesar da incerteza quanto aos reais efeitos da mesma na nossa atividade, consideramo-nos preparados para enfrentar o desafio.

34. Remuneração do Revisor Oficial de Contas

Os honorários pagos à sociedade de Revisores Oficiais de Contas, “Sá & Gomes, SROC, Lda” para os dados de 2020, e de 2019 foram os seguintes:

	2020	2019
Honorários de revisão legal	0,00	0,00
- Contas individuais	85 000,00	85 000,00
- Contas consolidadas	6 500,00	6 500,00
Honorários de serviços de garantia de fiabilibilidade	0,00	0,00
Honorários de consultoria fiscal	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
	0,00	**0,00**

35. Matérias ambientais

A empresa adota as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objetivo de cumprir com a legislação vigente.

A Administração da empresa não estima que existam riscos relacionados com a proteção e a melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contraordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício de 2020.

36. Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de abril de 2021, serão propostas à assembleia geral de sócios, a convocar no próximo dia 20 de Maio de 2021.

O Conselho de administração

Certificação Legal das Contas Consolidadas

relatório & contas
GRUPO COOPROFAR-MEDLOG
2020

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Cooperadores,

1. No exercício do mandato que V. Ex.as nos conferiram, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidados da Cooprofar - Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, C.R.L., apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

2. Ao longo do ano e no exercício das suas funções, este Conselho Fiscal acompanhou a actividade da empresa, procedendo à verificação da suas contas e valores, segundo a metodologia tida por adequada nas circunstâncias, tendo obtido do Conselho de Administração e dos Serviços quer a informação continuada sobre a evolução dos negócios quer todas as outras informações que entendeu útil e necessário solicitar.

3. Não tomámos conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.

4. No final do ano apreciámos e verificámos o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada dos Resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o Anexo consolidado, concluindo que as referidas peças exprimem, em termos convencionalmente correctos, a situação económica e financeira da Empresa, bem como a formação do resultado consolidado e dos fluxos de caixa consolidados. Procedemos ainda à apreciação do Relatório do Conselho de Administração que consideramos relevar os aspectos mais significativos ocorridos no exercício e estar em conformidade com as contas que o acompanham.

5. Tendo tomado conhecimento do conteúdo da Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas, com o qual concordamos, somos de parecer que:

a) Seja aprovado o relatório consolidado relativo ao exercício de 2020;
b) Sejam aprovadas as Contas consolidadas (Balanço consolidado, Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, Demonstração consolidada das alterações no capital próprio, Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e Anexo consolidado) relativas ao exercício de 2020;

6. O Conselho Fiscal entende, por ultimo, manifestar o seu agradecimento ao Conselho de Administração, cuja colaboração sempre simplificou o exercício das suas funções.

Gondomar, 5 de Maio de 2021

O CONSELHO FISCAL,

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **Cooprofar – Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, CRL.** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 96 273 077,42 euros e um total de capital próprio de 30 565 899,26 euros, incluindo um resultado líquido de 2 889 417,46 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de **Cooprofar – Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, CRL.** em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Os efeitos decorrentes da pandemia subsequente à propagação da doença provocada pelo novo Coronavírus ("Covid-19") na economia portuguesa e mundial foram serão significativos. O Conselho de Administração entende, conforme consta no Relatório de Gestão e nas Notas às demonstrações financeiras consolidadas, que, embora incertos, os consequentes impactos na Entidade e nas suas demonstrações financeiras serão reduzidos.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 28 de abril de 2021

Sá & Gomes, SROC, Lda.
representada por

Maria da Glória Pereira de Sá – ROC n.º 306

Contas Individuais da Cooprofar,Crl

relatório & contas
GRUPO COOPROFAR-MEDLOG

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unid.mon.: Eur

	Notas	31-12-2020	31-12-2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	2 591 213,55	2 899 070,60
Ativos intangíveis	7	1 999,97	4 057,68
Participações financeiras - Método da equiv. patrimonial	9	18 176 075,44	18 411 255,98
Outras Participações financeiras	9	11 000,00	11 000,00
		20 780 288,96	21 325 384,26
Ativo corrente			
Inventários	11	24 919 334,94	27 489 306,96
Clientes	12	29 638 084,45	34 946 061,35
Estado e outros entes públicos	13	1 762 671,61	2 206 192,02
Acionistas / Sócios		0,00	0,00
Outros créditos a receber	14	852 015,25	667 195,72
Diferimentos	15	546 868,96	586 672,94
Caixa e depósitos bancários	4	696 142,05	481 575,67
		58 415 117,26	66 377 004,66
Total do ATIVO		79 195 406,22	87 702 388,92
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	16	307 000,00	308 500,00
Reservas legais	16	439 500,00	439 500,00
Outras reservas	16	15 778 879,06	15 763 879,06
Resultados transitados	16	294 597,66	7 686 649,75
Ajustamentos em ativos financeiros	16	10 796 505,08	3 245 217,85
		27 616 481,80	27 443 746,66
Resultado líquido do período		2 889 417,46	1 305 156,90
Interesses minoritários		0,00	0,00
Total do Capital Próprio		30 505 899,26	28 748 903,56
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	17	6 294 365,98	5 614 267,84
Passivos por impostos diferidos	10	0,00	6 770,34
Acionistas / Sócios	20	185 555,83	185 555,83
		6 479 921,81	5 806 594,01
Passivo corrente			
Fornecedores	18	24 213 958,40	27 688 728,75
Estado e outros entes públicos	13	292 297,67	330 352,62
Acionistas / Sócios	20	6 629 772,14	6 607 432,86
Financiamentos obtidos	17	8 104 713,67	15 447 528,80
Outras divídas a pagar	19	1 047 349,32	1 080 701,09
Outros passivos financeiros	17	1 921 493,95	1 992 147,23
		42 209 585,15	53 146 891,35
Total do Passivo		48 689 506,96	58 953 485,36
Total do Capital Próprio e do Passivo		79 195 406,22	87 702 388,92

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unid.mon.: Eur

	Notas	31-12-2020	31-12-2019
Vendas e serviços prestados	21	317 849 111,54	311 162 795,65
Subsídios à exploração		0,00	0,00
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	895 741,22	256 163,40
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	11	-295 144 140,94	-288 353 281,57
Fornecimentos e serviços externos	22	-9 758 289,20	-11 157 880,86
Gastos com pessoal	23	-1 503 855,95	-1 357 693,78
Imparidades de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	-88 132,79	-3 953,42
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	24	2 158 607,42	2 223 547,58
Outros gastos e perdas	24	-9 797 793,52	-9 837 385,95
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4 611 247,78	2 932 311,05
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6/7	-535 149,89	-486 448,42
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 076 097,89	2 445 862,63
Juros e rendimentos similares obtidos	26	371 969,25	340 562,02
Juros e gastos similares suportados	26	-961 771,36	-1 043 785,76
Resultado antes de impostos		3 486 295,78	1 742 638,89
Imposto sobre rendimento do período	27	-596 878,32	-437 481,99
Resultado líquido do período		2 889 417,46	1 305 156,90

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unid.mon.: Eur

	Notas	31-12-2020	31-12-2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes	12	348 585 017,36	340 360 248,88
Pagamentos a fornecedores	18	-331 951 667,56	-328 230 383,87
Pagamentos ao pessoal	22	-1 499 477,75	-1 419 723,65
Caixa gerada pelas operações		15 133 872,05	10 710 141,36
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	26	-32 017,98	153 747,38
Outros recebimentos/pagamentos	14/19	-5 924 040,65	-6 651 007,16
Fluxos de caixa das atividades operacionais		9 177 813,42	4 212 881,58
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	6	-3 070,71	-13 695,53
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	6	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		371 969,25	340 562,02
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento		368 898,54	326 866,49
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	17	73 511 156,13	82 774 188,39
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	16	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de Financiamento		22 339,28	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	17	-81 903 869,63	-86 781 684,00
Juros e gastos similares	25	-961 771,36	-1 043 785,76
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	-2 301 431,33
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		-9 332 145,58	-7 352 712,70
Variação de caixa e seus equivalentes		214 566,38	-2 812 964,64
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	481 575,67	3 294 540,31
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	696 142,05	481 575,67

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL NAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2019

Unidade monetária: Eur

	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											
Descrição	Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Ajustam./Outras var. no capital	Resultado líquido do período	Total
01 de janeiro de 2019	308 500,00	0,00	0,00	0,00	439 500,00	15 753 879,06	5 045 328,11	3 245 217,85	95 537,33	0,00	2 555 784,31	27 443 746,66
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adoção de novo referencial contabilístico												0,00
Alterações de políticas contabilísticas												0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis									-95 537,33			-95 537,33
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações												0,00
Ajustamentos por impostos diferidos												0,00
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos												0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						10 000,00	2 641 321,64				-2 555 784,31	95 537,33
	0,00	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10 000,00**	**2 641 321,64**	**0,00**	**-95 537,33**	**0,00**	**-2 555 784,31**	**0,00**
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											**1 305 156,90**	**1 305 156,90**
RESULTADO INTEGRAL											**1 305 156,90**	**1 305 156,90**
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de capital												0,00
Realizações de prémios de emissão												0,00
Distribuições												0,00
Entradas para cobertura de perdas												0,00
Outras operações												0,00
31 de dezembro de 2019	308 500,00	0,00	0,00	0,00	439 500,00	15 763 879,06	7 686 649,75	3 245 217,85	0,00	0,00	1 305 156,90	28 748 903,56

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL NAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2020

Unidade monetária: Eur

	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											
Descrição	Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Ajustam./Outras var. no capital	Resultado líquido do período	Total
01 de janeiro de 2020	308 500,00	0,00	0,00	0,00	439 500,00	15 763 879,06	7 686 649,75	3 245 217,85	0,00	0,00	1 305 156,90	28 748 903,56
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adoção de novo referencial contabilístico												0,00
Alterações de políticas contabilísticas												0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações												0,00
Ajustamentos por impostos diferidos												0,00
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos												0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						15 000,00	-7 392 052,09	7 551 287,23			-1 305 156,90	-1 130 921,76
	0,00	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15 000,00**	**-7 392 052,09**	**7 551 287,23**	**0,00**	**0,00**	**-1 305 156,90**	**-1 130 921,76**
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											**2 889 417,46**	**2 889 417,46**
RESULTADO INTEGRAL											**2 889 417,46**	**2 889 417,46**
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de capital												0,00
Realizações de prémios de emissão												0,00
Distribuições												0,00
Entradas para cobertura de perdas												0,00
Outras operações	-1 500,00											-1 500,00
	-1 500,00	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-1 500,00**
31 de dezembro de 2020	307 000,00	0,00	0,00	0,00	439 500,00	15 778 879,06	294 597,66	10 796 505,08	0,00	0,00	2 889 417,46	30 505 899,26

2020

relatório & contas
GRUPO COOPROFAR-MEDLOG

www.cooprofar.pt

www.medlog.pt

Os conteúdos, indicadores e valores estão corretos, salvo erro tipográfico.

AGRADECIMENTOS
A todas as entidades públicas e privadas que connosco colaboram, nomeadamente, a Banca, expressamos o nosso reconhecimento pela confiança demonstrada.